

EM TEMPO!

Quinzenário Nacional. Ano V. Número 141. De 3 de dezembro a 13 de janeiro de 1982. Cr\$ 70,00

Encarte eleitoral

Um programa para o PT entrar de
sola nas eleições de 82 (pgs. 11 a 14)

O PT E O SOCIALISMO



*Com a palavra,
dirigentes do partido:*

Lula
Apolônio de Carvalho
Luís Eduardo Greenhalgh
Francisco Weffort
Olívio Dutra
Airton Soares
Helena Greco
Plínio Sampaio
Lisâneas Maciel
Raul Pont
Élio Souza
Luiz Antônio
Genoíno Neto
Vito Letizia
Bruno Maranhão

*E mais:
Uma entrevista
"ao vivo" com
Marx, Engels,
Lenin e Trotsky*

Apresentação:

Porque "O PT e o Socialismo?"

Campanha financeira

Mil novos assinantes até 20 de dezembro

Novos cadernos, uma revista e um pequeno déficit...

Aposte nesta idéia

Em novembro completamos mais um ano de luta ao lado dos trabalhadores e agradecemos aos nossos colaboradores, leitores e assinantes. Foi um ano difícil, mas cheio de muitas vitórias. Os trabalhadores consolidaram o seu partido e nós conseguimos nos transformar em um jornal que traz a mais completa e regular informação e análise sobre as lutas dos trabalhadores, o desenvolvimento do sindicalismo classista e a construção da CUT,

o crescimento do PT e os rumos das esquerdas no Brasil.

Agora, nos preparamos para 1982, com muita vontade e muitos planos. Vamos fazer um EM TEMPO cada vez melhor, continuar com a publicação de nossos cadernos e lançaremos (em março) o primeiro número de nossa revista sobre temas internacionais.

Para tudo isso e ainda para cobrir

um pequeno déficit que acumulamos em 1981 vamos precisar de Cr\$ 1.000.000,00 e contamos com o apoio de nossos colaboradores, leitores e assinantes. Nossa meta são 1.000 novos assinantes até 20 de dezembro. Você tem um papel importante neste projeto. Neste natal dê EM TEMPO de presente ao seu amigo ou amiga e transforme-os em pessoas bem informadas como você.

Tradição na luta contra a Ditadura

EM TEMPO:
14 anos de regime militar:
Até quando?

A troca de Carter

Paraná: capa de bruxas
Os rumos da Celam
Rea: sinal de alienação
Marxistas de chapéu
Os operários de aço

EM TEMPO
PRESOS DENUNCIAM 233 TORTURADORES
11 locais apontam dois policiais militares acusados

Os metalúrgicos vão às urnas

De nada adianta o blá-blá-blá!

Médicos também entram na briga

"Libertação na ponta do fuzil"

Saiu na frente construindo o PT

Desde a proposta de construção do Partido dos Trabalhadores temos nos colocado em sua defesa. Fomos o primeiro jornal a apostar nesta idéia e a abrir nossas páginas para o PT. Estamos dispostos a ajudar incondicionalmente a construção do partido. Participe deste trabalho, faça já sua assinatura do EM TEMPO.

SINDICATOS CONTESTAM MANDADOS DE FIQUEIEM

EM TEMPO:
Um balanço de dez anos de perseguições e prisões contra os católicos

IGREJA NA MIRA DA REPRESSIONA POLITICA

Equadrão da morte ataca no Nordeste
Movimento contra censura tira samba no carnaval

EM TEMPO
LULA CONTRA-ATACA

AGORA, O PT

Seis horas de entrevista com Lula sobre o Partido dos Trabalhadores

A Editora Aparte S/A ● Rua Francisco Leitão, 57 ● Pinheiros ● São Paulo ● CEP 05414 ● Fone: 852-8880



Estou enviando o cheque n.º por uma assinatura anual

Apoio Cr\$ 2.000,00 ()
Comum Cr\$ 1.000,00 ()
Exterior US\$ 50,00 ()

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

EM TEMPO:
FURTO: balanço da legalização revelada

PT 200 MIL FILIADOS

EM TEMPO:
CONVENÇÃO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PT É SOCIALISTA!

AURELIANO ASSUMIU? Uma Rainha da Inglaterra no trono do Alvorada

1.º DE OUTUBRO

Escândalo:

Diário Nacional de Luta Contra o Desemprego

Em 1981 o PT se firmou como um partido de massas, legal, e mais, socialista. Uma conquista histórica da classe trabalhadora que cumpre agora preservar, consolidar e aprofundar em 82 e nos anos que virão pela frente.

Ao longo de 81 EM TEMPO veio dando uma intensa cobertura da luta pela massificação e legalização do partido. Regularmente, nossas edições reportam as campanhas de filiação e nucleação, a participação do partido nas lutas, a realização das convenções etc.

Para, na convenção nacional, junto com todo o partido, festejarmos em nossas páginas a conquista da legalização e, sobretudo, a proclamação da perspectiva socialista do PT, feita por Lula.

Esta definição socialista não foi uma questão menor em 81. Pelo contrário, ao se distinguir da social democracia e dos modelos burocráticos, o PT abriu uma esperança histórica para a classe trabalhadora. É isto que, ao nosso ver, justifica esta edição especial de fim de ano.

Ao invés de fazermos um balanço geral de 1981, como em outros finais de ano, abrimos aqui um amplo debate sobre o socialismo do PT como uma contribuição ao processo de definição ideológica do partido. Não que esta tarefa seja a questão central hoje para o PT. Há tarefas políticas e organizativas prioritárias, sobre as quais o partido tem que se centrar hoje. Mas, de modo subordinado, julgamos que esta discussão ideológica tem que ir andando junto com os demais debates e lutas do partido, dando-lhes uma direção e aprofundando o próprio programa do PT.

Seria uma pretensão indevida achar que esgotamos o assunto. Simplesmente tomamos alguns depoimentos de dirigentes do partido a nível nacional (não de todos; alguns estavam viajando, outros não foi possível por razões de tempo). Em seguida ouvimos também algumas lideranças, dirigentes regionais, muitos deles membros do Diretório Nacional, e que em alguma medida representam setores ou tendências de opinião que integram o debate interno do partido. Igualmente, é claro que não captamos aqui toda a diversidade e riqueza de pensamento que convive hoje dentro do PT. Não tivemos a pretensão de esgotar este leque, que aqui é apenas pontilhado.

Mas, de qualquer forma, julgamos que este amplo painel de entrevista já dá um quadro preliminar do que será o debate sobre o socialismo dentro do PT. Julgamos desta forma estar contribuindo para o bom desenvolvimento desta discussão.

I — Um balanço do que foi 1981

- O PT pg. 3
- O movimento popular pg. 4
- A ditadura militar pg. 5

III — O PT e o socialismo (entrevistas)

1) Fala a direção nacional do partido

- Lula pg. 6
- Apolônio de Carvalho pg. 7

- Luiz Eduardo Greenhalgh .. pg. 7
- Francisco Weffort pg. 8
- Olivio Dutra pg. 9
- Airton Soares pg. 10
- Helena Greco pg. 10

2) Falam algumas correntes de opinião

- Plínio Sampaio pg. 15
- Lisâneas Maciel pg. 15
- Raul Pont pg. 16
- Élio Souza pg. 16
- José Genoino pg. 17
- Luiz Antônio Carvalho pg. 17
- Bruno Maranhão pg. 18
- Vito Letizia pg. 18

3) História do socialismo no Brasil

- pg. 19

4) Falam Marx, Engels, Lenin e Trotsky

- pgs. 20 a 22

5) EM TEMPO: nossa opinião

- pg. 24

E mais, por fim:

6) Um encarte sobre o PT socialista e as eleições

- pgs. 11 a 14

Um PT de massas, legalizado e socialista

Um balanço do que foi o ano de 1981 para o partido: o PT se massifica atingindo mais de 300 mil filiados, conquista a legalização e se define claramente como partido socialista.

O ano de 1981 não foi apenas um a mais na história da classe trabalhadora brasileira. Dois eventos deram a esta data uma dimensão extraordinária e marcarão profundamente o desenrolar futuro da luta de classes no país.

Por um lado, 1981 assistiu à realização do maior congresso sindical da história do Brasil, a Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras — CONCLAT, quando no mês de agosto 5 mil sindicalistas reunidos propuseram-se a construir uma Central Única dos Trabalhadores — CUT democrática, classista e combativa, adotando como luta central hoje a preparação da greve geral contra o desemprego e a carestia.

Mas num plano superior, na própria política, foi também em 1981 que a luta pela independência de classe dos trabalhadores obteve uma vitória histórica sem precedentes: em meio aos ataques ferozes da ditura militar, o PT se torna um partido de massas, conquista sua legalização e define-se claramente pelo socialismo.

1979 foi o ano de surgimento do Partido dos Trabalhadores. A partir das primeiras declarações de lideranças sindicais combativas defendendo a idéia de um partido próprio, no 1º de Maio surgia então uma Carta de Princípios definindo o PT como um partido classista. Mais adiante, em outubro, numa reunião em São Bernardo do Campo, criava-se o Movimento pró-PT que começa então a se organizar em núcleos, de baixo para cima.

No ano seguinte, em fevereiro de 1980, uma reunião de delegados de base em âmbito nacional aprova o Manifesto do partido e decide empreender a luta por sua legalização desafiando as leis autoritárias do pluripartidarismo imposto pelo regime. Para, logo em seguida, em maio, a partir dos econtros estaduais, realizar-se o encontro nacional do PT onde se aprova o Programa e o Estatuto e elege-se a direção provisória do partido.

Mas será em 1981 que o PT quebrará efetivamente a casca e sairá pras ruas numa intensa e massiva campanha de filiações, na luta pela realização das convenções e criação de diretórios municipais por todo o país. Para, em setembro, culminar todo este esforço organizativo, e a discussão e ação política que o acompanhou, na sua convenção nacional em Brasília, festejando a vitória. um PT de massas com mais de 300 mil filiados, um PT legalizado em 17 estados da federação (8 a mais que os 9 exigidos por lei) e um PT socialista contra a ditadura e toda e qualquer forma de exploração.

O socialismo que o PT quer construir não é nem a social democracia nem o modelo soviético burocratizado

1981 é assim um ano que ficará profundamente marcado na história da classe trabalhadora brasileira e, em particular, na história do PT. Em sintonia com o processo de organização e unificação do movimento sindical a nível nacional, o Partido dos Trabalhadores se massifica e se legaliza e, ao mesmo tempo, assume um perfil programático claramente socialista.

Muitos eram os que, mesmo dentro do partido, e não apenas em 79 mas ainda em 81, diziam com freqüência: é uma idéia muito bonita, mas inviável; as condições ainda não estão maduras para o surgimento de um partido "ideológico", o regime não tolerará um partido de classe etc. Ou então: os sindicalistas não sabem fazer política, são obreiristas, as esquerdas dentro do partido são sectárias e vão explodir-lo, a social democracia vai tomar conta etc.

Mas 1981 foi um ano taxativo; convenceu os dubitativos sinceros e deu um cala boca definitivo nos nossos inimigos.

No plano da legalização a prova de força da proposta PT não esteve apenas na criação, por muitos tida como



O PT se legaliza na luta se seus militantes...



... e a ditadura condena Lula e seus companheiros.

inviável, de mais de mil diretórios municipais ou zonais/distritais. Desprovido de recursos materiais, sem aparelhos governamentais, com uma pequena bancada parlamentar, mesmo assim o PT, calcado na força de seus militantes, superou largamente a marca legal para a obtenção do seu registro como partido. E mais, ao contrário dos demais partidos, que fizeram todo este processo não apenas com fartos recursos materiais mas na base das nomeações dos caciques locais, o PT formou-se rigorosamente de baixo para cima, consagrando na sua prática a realização regular de pré-convenções livres, por fora das regras autoritárias da legislação.

A legalização e a massificação do partido têm assim um sentido muito mais além dos números alcançados. Ela é expressão, ao mesmo tempo, de uma vasta rede nacional orgânica de núcleos de base em variado grau de funcionamento, e de uma profunda democracia interna nas regras do jogo partidário, de baixo para cima. Ai, nesta solução diferente da adotada pelos demais partidos, é que está a força do PT para vencer as barreiras que se colocaram na trajetória do partido.

E que não foram pequenas. Como sintoma da fúria do regime militar diante do desafio do PT ai está o fato do partido ser o único hoje a ter seu presidente julgado e condenado, em primeira instância, pela Lei de Segurança Nacional. Primeiro foi a praça de guerra montada pela Auditoria Militar paulista no começo do ano numa clara demonstração de força da linha dura contra os trabalhadores. E agora, mesmo depois do anulamento do julgamento no STM, de volta os militares de São Paulo repetem a farsa da condenação dos grevistas do ABC como criminosos de guerra.

Além deste processo, 1981 assistiu também ao desenrolar de um outro contra o PT, a partir dos acontecimentos que resultaram na morte do líder petista rural do Acre, Wilson Pinheiro de Souza, e que deverá ir a julgamento agora no início do próximo ano. E outros mais em vários pontos do país, entre eles o recente julgamento, também com base na Lei de Segurança Nacional, das lideranças do partido em Juiz de Fora — MG. Além das inúmeras prisões, invasões de sedes etc, que passaram já a fazer parte do cotidiano das lutas do PT.

O PT pretende liquidar com o capitalismo e construir uma sociedade gerida diretamente pelos trabalhadores

Mas a dimensão histórica deste ano não ficou apenas nesta conquista sem precedentes. Ao mesmo tempo em que travava este combate contra seus inimigos o PT, num intenso processo de discussão interna e amadurecimento de sua direção, deu um salto de qualidade nas suas definições programáticas. O partido definiu-se claramente pelo socialismo. E não de uma maneira fanfarrona, numa versão cabocla da social-democracia, ao estilo do novo brizolismo. O PT, ao contrário, e de maneira séria e profunda, posicionou-se taxativamente, através do discurso de Lula na convenção nacional, tanto pela supressão da propriedade privada dos meios de produção como pelo seu controle direto pelas massas trabalhadoras organizadas democraticamente. Rejeitou as tentações e pressões social-democráticas, claramente caracterizando-as como formas de administração da crise profunda por que passa atualmente o capitalismo. Ao contrário desta administração da exploração, o que o PT deseja é acabar mesmo com as relações de produção calcadas na exploração. E o partido rejeitou também a pressão para que aceitasse como modelos as experiências socialistas em desenvolvimento, taxativamente afastando-se de qualquer idéia de socialismo onde, deformadamente, o poder real esteja nas mãos de uma camada burocrática e não nas massas organizadas.

Em meio à crise por que passa o movimento comunista a nível internacional esta conquista programática do partido, ainda que incompleta, não pode ser menosprezada no seu significado histórico. O PT demonstrou uma força ideológica profunda, capaz de fazer com que o partido se afastasse do engodo social democrático com todas suas poderosas ofertas de apoio. E uma força igualmente profunda na medida em que por detrás dos impasses, derrotas e deformações das experiências socialistas mais ou menos burocratizadas, o PT soube ver que não há outro caminho para a emancipação dos trabalhadores senão o socialismo, desde que construído e gerido pelas próprias massas trabalhadoras.

A dimensão desta conquista dos trabalhadores brasileiros tem que ser devidamente pesada e avaliada para, à luz dela, sabermos exatamente enfrentar e localizar as tarefas e problemas que o PT tem agora pela frente. O partido tem que começar a funcionar de fato como partido na sua intervenção na luta de classes; o partido tem que se armar para as eleições do ano que vem; o partido tem que ser ofensivo nos movimentos populares em particular no movimento sindical; tem que se massificar e nuclear ainda mais, entrando na casa dos milhões de membros; o partido tem que avançar nas regras da convivência interna entre as várias correntes e grupos que o compõem etc. E, mesmo no terreno ideológico, o partido tem ainda que precisar mais seu programa socialista e sua tática para o momento político.

Mas apesar de todas estas tarefas e problemas, o ganho com nossa definição socialista é de um significado transcendental. E é com base nesta avaliação que EM TEMPO decidiu fechar o ano com esta edição especial de comemoração e contribuição ao debate do partido sobre o seu futuro socialista.

Um movimento popular rumo à CUT e a greve geral

1978 foi o destampar da panela com as primeiras greves; 1979 é o ano da explosão grevista generalizada que varre o país; 1980 vem o impasse com a repressão e o desemprego; e 1981 marca uma nova luta, em escala nacional, rumo à CUT e à greve geral.

Um balanço da fase recente do movimento popular, em particular de seu polo mais avançado, o movimento sindical, aponta para uma clara sucessão de etapas: 1978 foi o ano do destampar da panela com as primeiras greves; 1979 foi o momento da explosão grevista generalizada que varreu o país de norte a sul; já em 1980 o movimento grevista entra num impasse, a partir do choque entre as campanhas salariais isoladas e a intrasigência dos patrões e do governo somada à intensa repressão policial e ao desemprego crescente; e, finalmente, em 1981 o movimento começa a superação do impasse a que chegara o ciclo grevista empreendendo sua organização e politização a nível nacional que vai encontrar sua expressão máxima na realização histórica da CONCLAT.

Principalmente a partir da longa greve do ABC do ano passado ficara patente a necessidade do movimento passar para um patamar superior de luta. Apesar da enorme resistência dos metalúrgicos do ABC diante da verdadeira operação de guerra que o Exército e os patrões moveram contra seu movimento, apesar da manifestação de apoio e solidariedade de outros setores populares sem precedentes (que teve seu auge na passeata dos 150 mil no 1.º de Maio em plena greve) apesar de tudo isso, a campanha salarial não conseguiu arrancar suas reivindicações essenciais.

E as demais campanhas que vieram em seguida, ao longo do ano, tiveram o mesmo destino de impasse e se desenvolveram numa escala de mobilização bem inferior à que se verificara em 1979. Ou seja, passado o susto de 1978 e os enfrentamentos generalizados em 1979, os patrões e o regime armam-se para tentar impor ao movimento popular uma derrota.

Repressão e desemprego por um lado e tentativas de cooptação através da proposta de um ridículo pacto social por outro lado: através destes expedientes as classes dominantes tentaram parar o movimento.

Mas em vão. Os trabalhadores entenderam a farsa das propostas de pacto e, percebendo a correlação de forças desfavorável para enfrentamentos localizados a partir de campanhas salariais, partiram para a unificação e politização do movimento a escala nacional. E esta foi a marca de 1981, festejada vitoriosamente na realização da CONCLAT e na criação da Comissão Nacional pró-CUT.

Mesmo assim, este caminho de organização nacional em 1981 não se deu sem lutas locais de maior destaque, no vazio. Em função mesmo do grau de diferenciação dos setores populares, e demonstrando a persistência de grande combatividade, ao lado deste processo de organização nacional pipocaram localizadamente vários combates da classe trabalhadora. Particularmente a luta contra o desemprego assistiu em 1981 vários enfrentamentos contra os patrões e o governo a demonstrar claramente que o ânimo de luta das massas não se abatera depois de 1980.

O movimento popular em 81 viveu fortes enfrentamentos localizados, mostrando a combatividade das massas frente à repressão, ao desemprego.

A começar pelo rechaço dos trabalhadores da Volks de São Bernardo por meio de plebiscito realizado pelo sindicato à indecente proposta de redução da jornada e dos salários encaminhada pela direção da multinacional alemã na tentativa demagógica de encobrir o desemprego.

A este exemplo seguiram-se outras lutas, quase sempre em torno das ameaças de desemprego que se intensificaram em 1981 devido à recessão econômica profunda e que foram utilizadas pelos patrões como arma diante da



combatividade operária. Foi o caso, notadamente, da longa greve da FIAT do Rio, das várias paralisações da Ford de São Bernardo, e da greve contra o fechamento da fábrica de tratores da Massey Ferguson em São Paulo, entre outras.

1981 assistiu ainda a paralisações explicitamente políticas, ainda que curtas, como as que ocorreram também em São Bernardo em protesto diante dos dois julgamentos e condenações dos dirigentes do ABC pela Lei de Segurança Nacional.

E, finalmente, também em 1981 ocorreu a segunda greve nacional desde 1964, — a dos docentes universitários — repetindo o que se dera em 1980, arrancando ganhos substantivos do Ministério da Educação.

Mas, as manifestações de que o movimento popular não se curvara diante das investidas do regime e dos patrões não ocorreram apenas no movimento sindical. As provas do ânimo e combatividade do movimento transbordaram em vários outros setores.

No campo, principalmente, as lutas no norte chegando ao ponto do conflito armado localizado continuaram a progredir, culminando agora na resistência dos posseiros do Araguaia respondida pelo regime com a prisão e julgamento de vários deles e dos dois padres franceses. No sul, em Ronda Alta, os colonos gaúchos puseram abaixo o oficial mor dos militares, o major Curió, tido como imbatível nos conflitos de terra.

Também no terreno urbano 1981 foi o palco de fortes enfrentamentos entre os setores populares e o governo. Em Salvador, num clima quase insurrecional, os usuários do transporte coletivo desmascararam o populismo do governador local e contiveram o aumento das tarifas dos ônibus. Em São Paulo, e várias outras capitais, prosseguiram as ocupações de terrenos por moradores sem habitação própria trazendo para o centro da luta de classes, ainda que numa dimensão específica, a questão da propriedade.

Dentre os vários setores populares de destaque, somente no estudantil é que persiste, a nível nacional, o imobilismo e a redução de combatividade, trazidos para sua entidade máxima, a UNE, a partir da crise de direção que tomou conta do movimento com seu aparelhamento por correntes reformistas. Burocraticamente descolados das bases e politicamente fora de sintonia com a linha classista que vem sendo assumida nacionalmente pelo movimento popular, os grupos populistas e democratas instalados na cúpula da entidade não conseguiram senão se desgastar ainda mais frente à massa ao longo de 1981. Tentaram impor por decreto uma greve geral ao movimento, facassaram e, agora, no último Congresso da entidade, somente às custas de muitas manobras e esvaziamento do encontro é que alcançaram seu perseguido continuismo. Mas, ao mesmo tempo, cresce a oposição a esta direção, capitaneada pelas tendências estudantis que integram o PT, acumulando forças em várias entidades pelo país afora e colocando-se já como alternativa de direção para o movimento.

Mas enfim, o que ressalta num balanço do movimento popular é que, apesar do refluxo do ciclo grevista, relativamente a 1979, com vistas agora à organização e politização nacional, o movimento popular não entrou neste novo trajeto no vazio, esvaziado de lutas combativas,

abatido e derrotado pela investida repressiva do regime em 1980. Pelo contrário, o processo da CONCLAT vem se dando em meio a um rico e intenso caminho de lutas localizadas diferentes, usando táticas específicas, variando de terreno de luta, driblando mesmo, ainda que numa escala limitada, a linha traçada pelo regime para contê-lo e reprimi-lo.

Para o PT o saldo do ano é um desafio: ou se lança à direção do movimento de massa, ou os reformistas imporão suas propostas de pacto social.

Mas foi sem dúvida na própria CONCLAT que se deu a maior demonstração de força e perspectiva do movimento. Mais de 5 mil trabalhadores de todo o país, combativa e democraticamente, passando por cima da estrutura sindical fascista, viraram a mesa que as direções reformistas do sindicalismo lhes preparavam e aprovaram resoluções de luta centradas no combate ao desemprego e à carestia dentro da perspectiva da greve geral, contra a ditadura e os patrões e por uma Constituinte livre e soberana. E traçaram para o ano que vem a construção de sua Central Única, de baixo para cima.

É bem verdade que se os setores mais combativos do movimento, ligados ao PT, ganharam as propostas, no entanto, não levaram. Os reformistas, mais bem articulados e ofensivos, ficaram com a maioria na Comissão pró-CUT. O que trouxe várias limitações para a ação política lá deliberada, e vários ensinamentos para os próximos passos do PT.

O partido, agora, para puxar o movimento, tem que ousar mais. Tem que, resguardada a autonomia dos movimentos (que não pode ser confundida com a obsessão autonomistas anti-partidos) articular seus instrumentos de intervenção nas lutas, apresentar propostas ofensivas, jogar-se prá valer, disputar através de seus militantes a direção dos mesmos. O partido tem ainda que ter bem claro o caráter unitário que devem ter os movimentos e entidades de massa da classe trabalhadora, efeitando suas propostas dentro de uma clara política de frente única operária, e despindo-se de todos os desvios divisionistas que hoje ainda existem no seu interior. E o partido tem por fim que clarear sua proposta política mais geral para o momento atual de forma a puxar adiante a politização do movimento popular rumo à derrubada da ditadura e ao fim da exploração — e não freá-lo no economicismo como foi o caso na questão da Constituinte na CONCLAT.

Em todos os movimentos, do estudantil ao sindical, passando pelos demais, somente com um PT armado política e organicamente como um real partido é que o movimento popular conseguirá a curto prazo romper o cerco que lhe foi imposto desde 1980 pelo regime e os patrões.

E 1981 foi um primeiro e grande passo neste rumo.

Ditadura militar: do terrorismo ao golpe contra as eleições

Em meio à crise econômica chegando ao ponto mais grave de toda a história do país, o ano político da ditadura militar destacou-se pelo assanhamento de seu braço terrorista e pelo golpe recente contra as eleições de 82.

Como se não bastassem o ousado e radical surgimento do PT na cena política, e a vigorosa resposta do movimento popular rumo à CUT e à greve geral, as classes dominantes ainda tiveram que enfrentar em 1981 a maior crise econômica da história do país.

Desde 1930 — quando a produção industrial caiu 12% — a situação não chegara a dimensões tão dramáticas. Para 1981, a expectativa oficial é de uma queda da produção industrial entre 8 e 14%, configurando uma situação recessiva muito abaixo daquela de 1963 — uma das alegadas razões do golpe militar — quando o produto industrial do ano teve um crescimento zero. E não há paralelo entre as conseqüências da queda na indústria em 30 — quando o país era praticamente uma grande fazenda — ou mesmo em 63, e hoje, quando a economia brasileira é a nona do mundo.



Por isso é que 1981 assistiu a uma onda de desemprego igualmente sem precedentes na história do país. E a resposta do governo à crise, antes de resolvê-la só aumentou sua desmoralização. Pois, a este custo elevadíssimo, tão apenas conseguiu-se o ridículo tento de baixar a inflação de mais de 100% no ano passado para entre 96 a 98% este ano. E, no plano do Balanço de Pagamentos, a situação recessiva permitiu um saldo positivo tão somente de 1 bilhão de dólares no comércio, frente a um déficit de 13 bilhões nos serviços que, somando à amortização da dívida, imporá uma tomada externa de recursos este ano de cerca de 18 bilhões de dólares, jogando desta forma a dívida externa para alturas absurdas.

O quadro caótico se completa com o fato de que, ao longo do ano, nenhuma alteração expressiva foi realizada na estrutura industrial e dos gastos do governo — as prioridades recicladoras continuam indefinidas, em meio à briga dos tubarões para ver quem é que vai mamar desta vez. Assim, a conclusão que se impõe é de que 1982 assistirá basicamente à mesma tragédia de 81: uma política com custos sociais dramáticos para resultados econômicos tão ridículos.

Desde 1930 (-12%) que a queda do produto industrial brasileiro não era tão grande como a prevista para agora 1981 (entre -8 e -14%). Mas se naquela época o Brasil era uma enorme fazenda, hoje ele é a nona economia mundial.

Afrontada pois por um movimento de massas combativo e em crescente politização, a "abertura", sentindo ainda mais o chão econômico movendo sob seus pés, não teve outra saída senão deixar-se desmascarar.

O terror despontando inusitadamente por detrás da máscara populista que Figueiredo tentou vestir no início



de seu governo, a linha dura mostrou assim que é ela quem manda, e que, as regras do jogo são as mesmas. O governo não somente escondeu e protegeu todos os seus terroristas de 1980 — a bomba fatal na OAB foi simplesmente arquivada. Mais do que isso, diante da tentativa dos Comitês de Anistia em investigar as ramificações superiores de um aparelho de tortura do Exército descoberto no Rio, a resposta que veio foi a bomba na massa reunida no Rio Centro no 1º de Maio. E a seguir, a farsa da explicação do governo, tão grande e cínica que até mesmo generais e almirantes do STM tiveram que se engalfinhar para que ela finalmente descesse goela abaixo.

Depois do pacote de novembro o governo reduziu enormemente seu espaço de manobra. Na marcha do recuo na "abertura" não lhe resta agora outro trunfo senão o próprio cancelamento das eleições de 82.

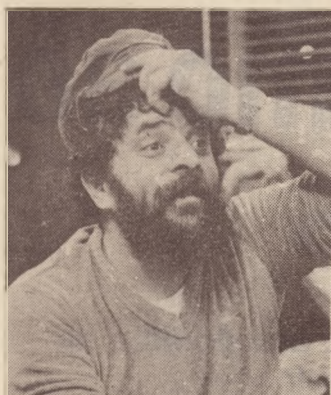
Mas a sanha terrorista do governo não ficou em 1981 apenas a nível de seus oficiais de média patente. O próprio general Coelho Neto, tido como articulador da Operação Cristal — um vasto plano nacional de terror — foi premiado e reconhecido nos seus feitos através de uma promoção destacada a chefe de gabinete do ministro do exército. Outras promoções dentro das FFAA seguiram o mesmo diapasão, a ponto do general Golbery — o estrategista maior do golpe e regime de 64, nada liberal, apenas lúcido, não encontrar mais espaço dentro da gang do Planalto e ter que renunciar. Percebendo a tacanhez de seus pares, o general julgou que mais lucraria passando novamente a conspirar pela próxima sucessão presidencial do que se comprometendo com os desatinos da gang ora reinante.

Não é de se estranhar pois que numa estratégia deste tipo, de deixar de todo a máscara cair, o desprezo do governo pelo seu esquema parlamentar aumentasse. E o PDS, que nunca teve que pensar e agir com a cabeça, é claro, não poderia ao final do ano senão implodir, inteiramente desgovernado e ingovernável pelas suas dissenções internas. O governo, a partir daí, sofrendo derrotas desmoralizantes, ainda que tópicas, nos seus trâmites parlamentares.

Por um lado isso serviu para assanhar as oposições moderadas que logo correram, ao longo de 1981, a ocupar o papel de alternativa "confiável" para uma nova aliança "aberturista" do governo com base parlamentar. Desde a bomba do Rio Centro — quando hipotecaram total solidariedade a Figueiredo, transformando grotescamente o réu em vítima — até bem recentemente o comportamento das oposições burguesas veio se acomodando, passo a passo, ao espaço oferecido e tolerado pelo governo. É que, mais ainda, com as eleições do ano que vem, o centro de sua preocupação deixou de ser a oposição e, pouco a pouco, passou a ser a aquisição de um status de "responsável" e "empossável" nos futuros governos estaduais ganháveis. Não é gratuito que neste contexto de 1981, por exemplo, a bandeira da Constituinte tenha sido abandonada pelas oposições burguesas.

Mas, mesmo assim, o governo foi estreito e autoritário, tacanho e exclusivista nos seus interesses particularistas de grupo ou gang. Apesar de toda esta boa vontade das oposições, ele temeu aceitar os braços abertos que eles lhe dirigiam. E a ditadura não vacilou: achincalhou agora ao limite máximo imaginável as eleições do ano que vem, para não ceder nenhum anel, muito menos algum dedo.

A "abertura" termina assim em 1981 com perspectivas bastante sombrias. Pois na sua marcha de recuo, fechando-se em copas em proteção ao terror, o governo não tem agora, depois do feroz pacote contra as eleições, nenhum outro espaço de movimento para sua tática a não ser o próprio cancelamento puro e simples das eleições.



LULA:

Socialismo e democracia: muita gente pode achar que isso é um sonho...

Luis Inácio da Silva, presidente do PT

— Como você avalia a repercussão da sua colocação sobre o socialismo na Convenção Nacional?

Lula: Antes de mais nada, acho que seria precipitado se o partido parasse para discutir a questão do socialismo. Precisamos continuar nosso crescimento em cima das questões mais concretas que atingem hoje a classe trabalhadora, como a questão do desemprego, das liberdades sindicais, da reforma agrária... A questão do socialismo dentro do partido é uma coisa que virá se desenvolver com o aprimoramento da participação da classe trabalhadora dentro do partido. A classe trabalhadora vai aprendendo conforme a sua prática, sua ânsia de conquistar coisas, percebendo que dentro da sociedade capitalista ficam muito difícil resolver os seus problemas.

O partido não pode parar para discutir a questão do socialismo. Mas ele já está colocado, definitivamente e a todo vapor, dentro do PT.

Parar para discutir a questão do socialismo, agora, seria repetir os erros em que caíram tantos companheiros do passado, seria teorismo, quando na verdade o PT cresce e se comprova como partido na medida em que consegue levar lutas práticas em cima daquilo que são os principais problemas objetivos da classe trabalhadora hoje.

Mas, na minha opinião, por outro lado, a questão do socialismo já está colocada definitivamente e a todo o vapor dentro do partido hoje, na medida em que temos certeza que o regime capitalista não dará resposta às necessidades da classe trabalhadora e de toda a sociedade.

Nós temos certeza, também, de que parar para discutir isso seria discutir em cima de experiências de outros povos ou de teoria, e não em cima de nossa própria realidade. E eu ainda sou mais na discussão em cima de nossa realidade.

Portanto, nós temos várias etapas pela frente na nossa luta. E aí, nesse processo, nossa concepção de socialismo irá se desenvolvendo na medida em que o partido for crescendo e encampando cada vez mais, e com mais profundidade, as lutas do nosso povo.

— O que você tem sentido por aí em relação ao seu discurso: ele tem sido bem recebido ou está um pouco avançado demais para as bases do partido.

Lula: Há dois tipos de gente dentro do partido: há aqueles companheiros que pegam aquele discurso e têm facilidade de entendê-lo e de interpretá-lo; e há um grupo de companheiros que sente mais dificuldades. Há aqueles que já receberam e já analisaram o discurso e há milhares daqueles que não tem conhecimento sequer de que existe este discurso, mesmo porque não houve a divulgação necessária.

Houve alguns companheiros da imprensa alternativa que divulgaram o discurso, mas não atingiu ainda o grosso dos militantes do partido. Eu só tenho rece-



bido elogios por aquele discurso, e não foi levantada nenhuma crítica, até agora.

Lá eu procurei dar todas respostas às perguntas que temos recebidos enquanto dirigentes do PT sobre uma série de temas. Acho que agora, com a publicação do discurso em um livrinho, com a tentativa de fazer com que pelo menos a metade dos militantes do partido recebam aquele discurso, acredito que aí poderemos ter um quadro mais fiel do que pode representar aquele discurso para o conjunto do partido.

Mas eu acredito que não receberá críticas porque, na verdade, as pessoas mais avançadas, que conhecem mais a questão do socialismo, na sua grande maioria reconhecem que é por ali mesmo. As pessoas que ainda não abriram essa discussão, estarão muito a vontade para fazê-lo, porque o discurso não fecha questão, ao contrário, aborda alguns aspectos que acho importantes e deixa a pergunta no ar para que cada companheiro diga que sociedade igualitária seria essa, se é que alguém vai achar que não seja uma sociedade socialista.

A social democracia é nada mais do que a resposta mais avançada que o capitalismo conseguiu dar ao socialismo. E às custas da exploração de outros povos.

— No discurso você faz uma demarcação pela negativa frente à social democracia, classificando-a como um projeto de administração da crise do capitalismo que o PT não quer. Mas, quando de sua viagem à Europa, você, voltou elogiando o PSOE, que é o partido representante da social democracia na Espanha. Como vê aprofundaria essa questão?

Lula: Há duas coisas que não podem

se misturar: primeiro é aquilo que a gente quer, que a gente sonha; depois é aquilo que é possível fazer. No meu discurso eu procurei colocar aquilo que eu acho que é importante, que eu acho que deveria acontecer, o que seria ideal.

Criticamos também o socialismo burocrático. E, se não existe uma terceira via, acho que pelo menos podemos aperfeiçoar o socialismo.

O PSOE é o resultado da prática, quem sabe, do nível de participação, de luta e consciência do próprio trabalhador espanhol. Também, nós temos dentro da social democracia setores muito mais avançados, à esquerda da própria social democracia alemã, ou sueca, e o PSOE é um exemplo disso. Como temos também a diversidade de posicionamento dentro dos próprios partidos comunistas nos mais diferentes países. Se você pegar o PC italiano e o PC brasileiro não tem nada a ver um com o outro.

Então veja: quando a gente nega o projeto social democrata é porque nós temos confiança que a social democracia foi, na minha opinião, nada mais que o estágio mais avançado que o capitalismo conseguiu encontrar para dar resposta ao socialismo.

Agora, só foi possível dar respostas da forma que a Alemanha deu, que a Suécia e a Inglaterra deram, na medida em que outros povos foram explorados, como o Brasil, a América Latina, a África, Ásia. Como eu não tenho ilusão de que o mundo ainda comporta determinado tipo de exploração, sou obrigado a negar a social democracia como solução para alguma coisa.

A social democracia serve apenas para a manutenção da exploração do homem pelo homem, e na medida em que outros povos possam ser escravizados.

— No discurso você faz também uma outra demarcação endereçada ao modelo soviético...

Lula: Eu criticava também o socialismo burocrático; o socialismo onde o aparelho de estado não aceita crítica, determinando as regras do jogo sem que haja uma participação da coletividade.

Ditadura do proletariado é a maneira como a minoria (os patrões) exergam a democracia da maioria (os trabalhadores).

É lógico que muita gente pode achar que isso é um sonho, que é romântico etc, porque, nas experiências que se tem as coisas não aconteceram de uma forma não tão simples.

Mas é de uma forma simples que eu penso e imagino a questão do socialismo.

Acho que uma sociedade só será consagrada enquanto sociedade na medida e que haja um consenso em pelo menos uma grande parte dela. Que ela não seja algo imposto por uma minoria, onde o aparelho de estado não cerceie a liberdade individual de ninguém. Baseado nisso é que fiz as críticas aos dois... aos dois extremos.

Acho que, se não existe a terceira via, acho ao menos que existe a possibilidade de aperfeiçoarmos a questão do socialismo.

— Depois do discurso veio muita discussão, e de muitos lados. Num programa de televisão, num debate, alguns empresários quiseram saber sua opinião (ou provocaram) sobre a questão da ditadura do proletariado. Como foi a coisa?

Lula: Veja, eu estou muito tranquilo para responder. Se foi provocação ou não, não importa. O fato é que estávamos discutindo sobre a questão do poder, dos trabalhadores chegando ao poder e sendo governo, o que fariam. Então eu dizia: fariamos isto, fariamos aquilo e tal. Falava exatamente das reivindicações da classe trabalhadora, exatamente aquelas que hoje o governo e os patrões negam à maioria da população.

Lá pelas tantas, então, um deles falou: ah! mas isso seria uma ditadura do proletariado?

E então eu respondi: seria a vontade da maioria transformada em realidade, seria um governo da maioria atendendo as reivindicações desta mesma maioria pô!

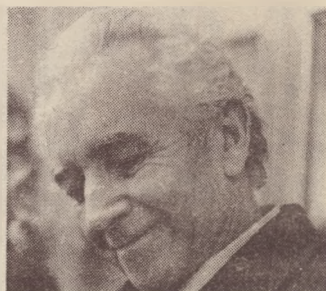
Ora, se a maioria são os trabalhadores — e se somos democráticos — o governo e o poder tem que ser deles mesmo; e as coisas tem que ser feitas é no interesse deles mesmo. Democracia não é a vontade da maioria?

Se a minoria, se os patrões querem chamar isso de ditadura do proletariado, problema é deles, é como eles talvez enxerguem a democracia da maioria.

APOLÔNIO

Da democracia ao socialismo

Apolônio de Carvalho, 3.º vice-presidente do PT.



— **Como você vê o socialismo petista?**
Apolônio — O PT é um partido novo. Tem uma tática e elementos de estratégia definidos nos seus documentos básicos. Mas o PT não tem uma estratégia definida completamente. Ele tem a visão de uma sociedade nova, sem explorados e exploradores; vislumbra a silhueta desta nova sociedade, não tanto o seu conteúdo e ordenação precisa.

O PT define com clareza os seus objetivos atuais: o primeiro, é unir e organizar os trabalhadores, da cidade e do campo, manuais e intelectuais; e impor o fim do regime e estabelecer as bases de um governo democrático no interesse dos trabalhadores, sob o controle e participação crescente das forças populares.

— **Mas qual seria o programa de um governo petista?**

Apolônio — O programa deste governo situa-se sobre o eixo de uma democracia ampla, apoiada em amplas camadas populares. É uma visão de democracia no sentido lato, baseada no controle e, progressivamente, na gestão direta dos trabalhadores. Uma triplíce visão da democracia: política, social e econômica. Um conceito popular de democracia.

O aspecto social significa que os trabalhadores serão chamados a resolver todos os problemas concernentes à vida social. O elemento novo é a responsabilidade nova dos trabalhadores como força

política, independente e organizada. Os trabalhadores serão crescentemente decisivos na definição da política salarial, previdenciária, tributária, econômica e orçamentária, da legislação social, do plano de organização do trabalho em cada empresa, serão chamados a controlar a gestão da empresa.

Nosso conceito de democracia começa pelo direito de viver e morar com dignidade - o direito ao trabalho, à educação e cultura, o direito à liberdade e de viver livre de qualquer exploração.

O aspecto econômico está muito ligado, e teria como princípio da sua política o interesse social, o interesse dos trabalhadores e não o dos grandes proprietários. O direito ao trabalho, salários e condições de vida dignos, serão decididos e garantidos pelos trabalhadores. Hoje a política econômica tem por base salvaguardar os altos lucros dos bancos e monopólios nacionais e internacionais. Por obediência a estes critérios, vem a recessão.

Fala-se que não há recursos, mas por três maneiras estes serão reorientados para as metas propostas: pela renegociação da dívida externa; pela reforma tributária, que em lugar de pesar sobre a população explorada e oprimida passará a pesar sobre a minoria privilegiada (impostos altos e progressivos sobre os lucros, remessas ao exterior e "royalties", sobre as terras ociosas mantidas para a especulação); e pelo combate aos desperdícios, subsídios aos grupos privilegiados, às facilidades e mordomias decorrentes do funcionamento das empresas estatais.

— **Você crê que tais medidas sejam possíveis no capitalismo?**

Apolônio — Estas medidas não terão seus efeitos previstos e necessários se não se apoiarem em certas iniciativas no domínio da estatização, em particular dos bancos, do comércio exterior, das empresas financeiras, e, num quadro mais geral, a estatização, sob controle dos executivos e legislativos municipais, da rede de comercialização - os grandes e médios intermediários especuladores - que liga os pequenos produtores aos mercados de consumo.

No plano político, nosso conceito de democracia contrariamente à interpretação de outros partidos e classes sociais, não termina, mas ao contrário, começa, com os direitos humanos. Isto significa que o PT inclui, entre os direitos huma-

nos fundamentais, o direito a viver e morar com dignidade, o direito ao trabalho, à educação e cultura, o direito à liberdade e, num sentido mais amplo, o direito elementar, básico, luta constante nos milênios de história da sociedade humana: o direito de viver livre de qualquer exploração.

O pleno respeito às liberdades e conquistas sindicais, a eliminação de todas as leis de exceção e de caráter anti-democrático e anti-popular, a plena autonomia dos poderes de estado, e a democratização da administração pública, com a participação e o controle das entidades sociais, conformam outro aspecto.

Mas veja, não se trata, em absoluto, de medidas de caráter socialista. São reformas democráticas que cabem inteiramente no contexto do regime econômico capitalista. Mas com seu novo conteúdo social, elas não visam, em absoluto, a estabilização deste regime econômico mas sim criar condições para a ligação progressiva entre as tarefas democráticas de hoje e as tarefas de uma sociedade sem explorados e exploradores de amanhã.

É dentro deste contexto, que o PT compreende o desdobramento contínuo da luta pela democracia e as relações entre a democracia e o socialismo, que nada mais é (ou deve ser) que sua forma mais alta, sua expressão superior."

LUIZ EDUARDO

A prioridade é aos movimentos de libertação

Luiz Eduardo Greenhalgh, da Comissão Executiva Nacional e Secretário de Relações Exteriores .

— **O PT, além de definir-se como socialista, também está definindo suas relações internacionais. Quais são os critérios para estabelecer estas relações?**

Luiz Eduardo — O PT trata de estabelecer relações com todos os partidos socialistas e comunistas do mundo, mantendo sua independência e privilegiando os movimentos revolucionários de libertação, nos países do chamado terceiro mundo.

— **E com quais organizações está em contato?**

Luiz Eduardo — Bem, temos relações com a Frente Sandinista de Libertação Nacional, com a Frente de Libertação de Moçambique, com a Organização para a Libertação da Palestina... e se pode ter uma idéia disso vendo as delegações e saudações que recebemos na Convenção Nacional. Na Europa, claro, mantemos contato com os PSs e os PCs, mais insisto em realçar que isso se dá com base na total independência do PT frente a qualquer partido ou corrente internacional. Nesses marcos pode-se afirmar a especial simpatia do PT pelos partidos e movimentos latino-americanos que lutam contra as ditaduras militares e pela transformação da sociedade.

— **O PT tem relações com o sindicato polonês Solidariedade?**

Luiz Eduardo — Isso ainda não está colocado. **Solidariedade** é um sindicato e o PT é um partido, e nesse sentido o

âmbito das relações é muito restrito. Mas os sindicalistas do PT buscam uma relação fraternal com o **Solidariedade**, apesar do encontro entre Lula e Walesa ter colocado alguns problemas...

— **Que tipo de problemas?**

Luiz Eduardo — Walesa chamou a atenção de Lula por ele, sendo um sindicalista, estar envolvido na construção de um partido. E isso não agradou a Lula. Vocês sabem quem, aqui no Brasil, usa esses argumentos. Lula falou-lhe da situação do Brasil, mostrando-lhe que aqui a luta sindical é insuficiente para levar um processo de transformação social que beneficie os trabalhadores. Explicou que havia primeiro esgotado as potencialidades do âmbito sindical antes de dar o salto para a construção do PT. Ao mesmo tempo, explicou a Walesa que, mesmo sendo um partido, o PT ainda não tinha conseguido derrubar nenhum ministro, enquanto que o **Solidariedade**, que é "somente" um sindicato, já tinha derrubado vários ministros e desafiava diretamente o governo.

— **Uma resposta apropriada; mas ficou nisso a discussão?**

Luiz Eduardo — Não. Lula tomou a ofensiva e mostrou a Walesa que ele e o **Solidariedade** estavam sendo utilizados pelo imperialismo, através da grande imprensa mundial, para desprestigiar o socialismo, e que seria bom fazer alguma coisa para evitar isso.

— **E qual a resposta de Walesa?**

Luiz Eduardo — Agradeceu-lhe a observação...

— **E depois desse encontro, em que nível ficaram as relações? Mantém-se algum tipo de contato regular?**

Luiz Eduardo — Sim, Jacó Bitar, agora, está na Europa e visitará a Polônia. Eduardo Suplicy viajou à Polônia e

Lula fez ver a Walesa que ele e o Solidariedade estavam sendo usados pelo imperialismo mundial para desprestigiar o socialismo. E que seria bom fazer alguma coisa para se evitar isso.

deixou o convite para que Walesa viesse à Convenção do PT. Ele não pôde viajar, mas as relações são muito fraternas.

— **Passando a outro tema: quais são os fundamentos e os objetivos das atividades internacionais do PT?**

Luiz Eduardo — Resgatar tudo o que seja autêntico na transformação da sociedade a nível mundial.

— **Isso supõe que o caráter dessa**

transformação vai além das fronteiras do Brasil?

Luiz Eduardo — Claro, mas temos que ter em conta que o PT, sendo um partido legal e de massas, não pode chegar a um nível de definição muito preciso nesse sentido.

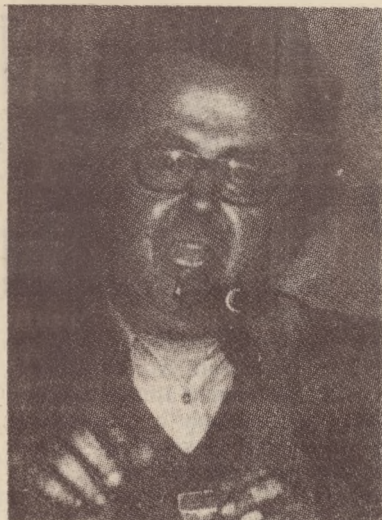
— **Essa política internacional do PT, como se expressa em sua política interna?**

Luiz Eduardo — Se expressa no apoio a todas as forças que lutam contra as ditaduras latino-americanas; defendendo, a qualquer custo, a auto-determinação dos povos; condenando e repudiando qualquer ação de intervenção política ou militar de uma potência em outro país, como, por exemplo, as ameaças de Reagan na América Central. O PT tem expressado publicamente sua condenação às tentativas de invasão contra Cuba, Nicarágua e El Salvador. E faríamos o mesmo se, por exemplo, a Rússia se propusesse a invadir a Polônia.

— **Mas o caso é que os Estados Unidos estão se preparando, abertamente, para mandar tropas para a América Central. Se isso acontecer o que fará o PT?**

Luiz Eduardo — O PT mobilizará suas bases. Em primeiro lugar para forçar o governo brasileiro a não colaborar com a invasão. Em segundo lugar, fazendo uma campanha de esclarecimento junto a população sobre o significado da política de Reagan.





WEFFORT:

Traçar um caminho próprio e novo para o PT

Francisco Weffort, 2.º secretário da Executiva Nacional do PT,

— Num artigo recente publicado na “IstoÉ”, você enfatiza a novidade do PT, sua ruptura com o passado populista no movimento operário brasileiro, e a falta de ligações internacionais. Não seria correto dizer também o contrário, que o PT deverá, de qualquer maneira, enfrentar problemas que foram enfrentados pelo movimento operário em outros países, para cuja solução a experiência acumulada será muito importante?

Weffort — Que eu saiba, não há nenhuma experiência similar à de um partido como o PT, que nasce na segunda metade do século XX, em condições muito diversas de todas as experiências anteriores dos partidos de esquerda, assim como em condições muito diversas da sociedade capitalista, seja a do século XIX, seja a do período entre as guerras.

Eu não vejo em que a experiência do PT possa aprender, de modo preferencial, desta ou daquela experiência. O PT se beneficiará de contactos e relações de amizade com todos os partidos e grupos políticos ligados à história do movimento operário, tanto na América Latina quanto na Europa ou nos EUA, mas a minha convicção é de que teremos de fazer o nosso próprio caminho, caminhando.

— Mas por exemplo: o PT não terá de dizer se quer gerir o capitalismo, tentando fazê-lo em benefício dos trabalhadores, voltando-se para conquistas dentro do próprio capitalismo, dizendo, como Bernstein, que “o fim é nada, o movimento é tudo”?

A proposta de destruição do aparelho não corresponde à realidade política do mundo moderno. O que se pode fazer é transformar o aparelho de Estado, submetê-lo ao controle das organizações populares.

Weffort — Quando o Bernstein formulou uma concepção reformista, a social-democracia alemã já estava no caminho do reformismo, já havia criado na prática aquilo sobre o que Bernstein teorizou, isto é, a idéia de que o objetivo era obter o máximo de participação parlamentar, de modo a promover reformas parciais no âmbito do capitalismo, deixando de lado a convicção originária da social-democracia alemã de que caminhava para o socialismo.

O que eu quero sugerir é que isto ocorre no âmbito de uma sociedade capitalista com características muito próprias, com uma organização sindical muito forte, um Estado burguês de estrutura eminentemente liberal, não obstante o autoritarismo de Bismark, onde a participação parlamentar constituía uma inovação de extrema importância.

A dúvida que eu coloco é: o que tem a

ver a experiência do capitalismo alemão ou sueco, com uma organização sindical muito característica, com uma estrutura de Estado eminentemente liberal, com o capitalismo brasileiro, a organização sindical, e o Estado que encontramos no Brasil da segunda metade do século XX? Não vejo como fazer a comparação, em termos históricos.

Você pergunta: até que ponto o PT poderia aceitar o princípio reformista geral de que “o fim é nada, o movimento é tudo”? Eu acho que o PT não aceita este princípio, pelo menos não quer aceitar. Quer transformar a sociedade no rumo do socialismo.

— Outra questão chave em toda experiência revolucionária é a do Estado, do seu caráter de classe, da possibilidade de utilizar o aparelho do Estado burguês, talvez um pouco mais democratizado, para levar ao socialismo, ou a necessidade de destruir este aparelho de Estado.

A violência não é privilégio dos revolucionários. Até pelo contrário. Vai ser o grau de resistência da ordem vigente que vai determinar o caráter mais ou menos violento do processo de transformação.

Weffort — No meu entender, a estratégia básica deve ser a de transformar o aparelho de Estado no âmbito de uma concepção radicalmente nova de poder político dentro da sociedade.

O poder do aparelho de Estado é o poder central dentro do sistema político, mas o poder das classes dominantes na sociedade existe nas fábricas, em todas as unidades de produção, na escola, na imprensa, nas Universidades etc.

Não há nenhum impedimento de que um partido de concepção revolucionária participe, eventualmente, de alianças, inclusive a nível de governo. O que se trata é que a essência da sua participação tem que estar a nível da sociedade, das organizações sindicais, dos movimentos sociais, do movimento cultural, tem que estar em todos os níveis da sociedade.

Eu evitaria a expressão “destruição do aparelho de Estado”. Ela não corresponde à realidade política do mundo moderno. O que você pode fazer é transformar o aparelho de Estado, submetê-lo ao controle das organizações sociais e do povo. Onde foi feita a tentativa de “destruição”, chegamos numa burocratização espantosa. Na verdade, o que se fez foi repor um aparelho de Estado tão forte quanto o que existia antes.

— Mas seria possível submeter às organizações populares instituições como o Exército, a polícia, o parlamento burgueses?

Weffort — A concepção burguesa das forças armadas, do Exército de massa

centralizado, que é a mesma que se aplica na maior parte dos países socialistas, é uma das possíveis, não é a única. Mesmo dentro da sociedade burguesa há formas diferentes.

Na Suíça, por exemplo, temos uma coisa muito próxima da idéia democrática do Exército como milícia armada, da representação da cidadania armada. O aparelho central é mínimo. A concepção socialista clássica é a da milícia, do povo armado. Não vejo por que não seja possível imaginar um processo de transformação institucional das funções militares, de modo que a massa da população participe, reduzindo ao mínimo a burocracia.

Quanto ao parlamento: não vejo vantagem nenhuma na sua supressão. A supressão do parlamento nos países socialistas não ajudou em nada a democracia nesses países. E observamos em alguns países socialistas uma espécie de restauração das funções parlamentares como algo necessário à democracia socialista.

O parlamento é o exemplo mais nítido de um sistema representativo, de um sistema de delegação de poder. A saída não está na supressão do parlamento, está na limitação dos privilégios concedidos aos parlamentares (no Brasil, não podemos falar nisso - falo em geral, a nível teórico), sobretudo na multiplicação das formas de intervenção popular no processo político e no processo governamental em geral.

— Outra questão chave é a da necessidade do uso da violência em um processo revolucionário.

Weffort — Qualquer concepção política, qualquer prática política, envolve em caráter permanente a possibilidade de violência, seja esta concepção ou prática socialista, revolucionária, reformista, liberal ou conservadora. A violência não é privilégio dos revolucionários. Pelo contrário: no mundo moderno, a violência tem sido exercida, sobretudo, pelas forças mais conservadoras. É importante enfatizar isto.

Uma vez definido este caráter geral, a presença da violência sempre ocorrendo na prática política, é historicamente impraticável dizer de antemão o quanto de violência você tem que usar ou não para produzir determinadas transformações sociais. Resistências de ordem conservadora vão existir, é inteiramente evidente, e é o volume desta resistência que finalmente vai determinar o caráter mais ou menos violento do processo de transformação social.

— Qual a sua opinião sobre a relação das diversas correntes existentes no movimento operário com o PT? Ele se aproximaria mais de alguma?

Weffort — No meu entender, é difícil dizer com que experiência o PT se parece, mas é fácil dizer com que não se parece. O PT nasce no Brasil, num contexto de fracasso histórico do trabalhismo e num contexto de uma classe operária que não

se deixou seduzir pelas propostas do stalinismo.

A experiência da social-democracia não tem nada a ver com a experiência do PT.

Em relação ao eurocomunismo, eu quero deixar bem claro que não conheço a sua política, não conheço a política do Partido Comunista Italiano. O que você pode encontrar num número muito grande de pessoas dentro do PT é uma afinidade com o pensamento de Gramsci: valorização da luta pela hegemonia, valorização da luta cultural, valorização da idéia de que o poder se reparte na sociedade burguesa, e não apenas se localiza no aparelho de Estado. A afinidade que eu vejo aí é sobretudo teórica. Agora, você sabe que da teoria à prática o caminho é enorme.

A corrente da Solidariedade aparece num mesmo sentido: a afinidade possível é a que resulta de dois movimentos que nascem dos trabalhadores e reivindicam a autonomia e independência no plano político. As diferenças são grandes: o Solidariedade ainda não se define como partido e luta em face de um tipo de Estado que é muito diferente do nosso pelas bases sociais e econômicas nas quais se apoia.

— E qual é a importância do marxismo para o PT?

Weffort — Eu trataria o marxismo como um fenômeno do campo da teoria, da reflexão intelectual, e não como um fenômeno de política prática. Eu não vejo nenhuma vantagem em que o PT se defina como partido marxista. Não há nenhuma vantagem nem para ele nem para o marxismo.

Não vejo nenhuma vantagem em que o PT se defina como um partido marxista. Não se deve exigir dos militantes do PT nenhuma fidelidade a qualquer teoria definida partidariamente.

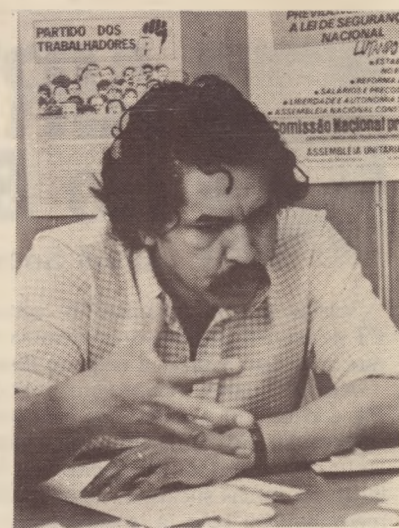
Eu acho que os teóricos e intelectuais do partido deveriam ter toda liberdade de reflexão teórica sobre a experiência do partido, e para que se tenha esta liberdade é necessário que o plano da teoria seja autônomo em relação ao plano da prática política e vice-versa.

O que eu quero dizer é que revistas ou centros de discussão teórica devem ser, dentro do partido, autônomos em relação à direção, do mesmo modo que a prática da direção e do conjunto do partido devem ser autônomos em relação à esta revista e estes centros de discussão teórica. Ou seja: os intelectuais do partido podem pensar o que quiserem, mas também não se deve exigir dos militantes e políticos do partido nenhuma fidelidade a qualquer teoria partidariamente definida.

OLÍVIO:

Aprender com a experiência internacional dos trabalhadores

Olívio Dutra, dirigente sindical cassado, vice-presidente do PT,



— Olívio, o discurso de Lula, em Brasília, abriu uma nova fase na construção do PT: definir mais precisamente seu projeto que aponta para o socialismo. Como você vê esse debate?

Olívio — O discurso de Lula, em Brasília, quando coloca a questão do socialismo não o faz para definir ou determinar o socialismo que os petistas terão de construir mas para estimular essa discussão, paralelamente à construção do dia a dia do PT. O discurso, corretamente, não estabeleceu que essa é a primazia, mas colocou que o socialismo não é algo no horizonte, que as bases da sociedade socialista a ser construída já estão dadas hoje e estão presentes na prática que cada militante deve desenvolver no seu dia a dia.

— O PT precisaria buscar uma referência internacional nesse sentido?

Olívio — Acho que sim. O PT não quer, como diz o discurso, um socialismo que venha para gerenciar a crise capitalista ou um socialismo burocrático, autoritário. Nesse sentido, o PT já está tomando as experiências vividas e sofridas pelos trabalhadores no resto do mundo. Colocamos, claramente, que o socialismo a ser construído, mesmo que respeite as características específicas do Brasil e vividas pelos trabalhadores brasileiros, não se desvincula das experiências históricas que os trabalhadores já tiveram. Rejeitamos os erros conhecidos nas experiências anteriores mas admitimos clara e entusiasticamente, os acertos havidos em todas essas experiências. Fundamentalmente, há um corpo de doutrina que precisa ser do mais amplo conhecimento da classe operária brasileira e que sintetize essas experiências. É fundamental para que nós, trabalhadores brasileiros, construamos a nossa sociedade socialista.

— E as principais experiências históricas, a URSS e a China?

É fundamental ter um corpo de doutrina que seja do amplo conhecimento da classe operária brasileira e que sintetize as experiências internacionais de construção do socialismo.

Olívio — A experiência na URSS, num primeiro momento de construção de uma nova sociedade, na mobilização e participação popular é uma experiência inesquecível. Agora, o desdobramento dessa experiência na URSS, por razões históricas as mais diversas, acabou assumindo características de extremo centralismo, de burocratização e, portanto, de usurpação da tarefa de administrar o Estado em benefício da sociedade. Essa segunda fase, significa uma experiência que não devemos repetir. A manutenção da liberdade e autonomia dos movimen-

tos populares é uma condição necessária para que o socialismo seja uma etapa para a construção de uma sociedade realmente igualitária e estável. A experiência chinesa, na medida em que as características históricas e sócio-econômicas da China levaram a que a construção da nova sociedade queimasse etapas mais rapidamente que a própria URSS, nos deixa lições enormes. Em primeiro lugar, que a história não é mecânica, não passa por fases lineares ou etapistas. Assim como na União Soviética 10 dias valeram por séculos, a revolução chinesa suplantou experiências milenares. O problema é que os países socialistas não estão isolados. Não há um predomínio mundial do socialismo, portanto, como é possível construir o socialismo a nível interno e ao mesmo tempo enfrentar o capitalismo

negras ditaduras na América Latina, África e Ásia.

— Existiriam, então, outros referenciais?

Olívio — Acho que na África estão se dando experiências que são pouco conhecidas dos povos latino-americanos e deveriam ser mais estudadas e compreendidas. Acho que o PT deveria ter um conhecimento maior sobre as experiências africanas e aprofundar as experiências também dos povos e das lutas que se travam na Bolívia, Peru, Colômbia, México e Nicarágua. Não a história oficial dessas sociedades mas as experiências riquíssimas de seus povos. Nas escolas, antes de inglês deveríamos aprender espanhol, o quíchua, o guarani, para que a gente se assenhorasse dessas experiências.



24 de fevereiro de 1917. A greve em Petrogrado transforma-se em greve geral. É o início da Revolução Russa

dominante no mundo? Na China, parece que não se soube fazer isso. De uma experiência que era rica, todo um esquema de controle social emperrou o crescimento e fortalecimento das forças populares impedindo que se desse o salto para a sociedade igualitária. As forças sociais e políticas com privilégios de direção, a burocracia, acabaram fazendo da China o que é hoje. Uma tremenda confusão na política interna que se reflete na sua política externa e que a leva a apoiar as mais

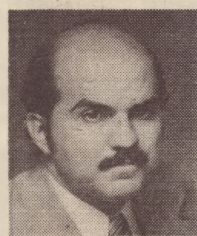
— Haveria um fator prioritário, mais importante, na burocratização das experiências históricas mais significativas?

Olívio — Na URSS, há de se ver a questão do stalinismo e a experiência de criação do primeiro estado socialista, cercado de todos os lados. Não temos ainda condições de construir um socialismo sem pressões externas, mas é necessário evitar cair no burocratismo. No caso chinês, é uma experiência mais impor-

tante pois a dimensão continental e o problema do campo podem ser comparados, têm semelhanças com o caso brasileiro.

Na URSS, na China e na Albânia a derrubada do capitalismo não significou a construção do socialismo pois o movimento vivo das massas não esteve presente na construção da sociedade.

No nosso caso, como lá, não se pode resolver a questão sem resolver o problema do campo. Na China, o exército chinês, como força política, desempenhou um papel importante, catalizador, na ligação entre o campo e a cidade e que se contrapôs às dinastias tradicionais, no processo de modernização da China. Talvez isso tenha influenciado na situação do período revolucionário. O socialismo tem que ser baseado num processo de mobilização popular que não pode estacionar na tomada do poder. A formação de uma elite dirigente, com um acentuado grau na experiência da China, tem que ser encarada por nós. Que a revolução tem que ser orientada, com uma vanguarda, com um programa, isso não se nega. O problema é como evitar que esse processo de burocratização ocorra. Hoje, vejo nas grandes experiências da URSS, da China e da Albânia uma profunda falta de dinamismo da população. A derrubada do capitalismo não significou a construção do socialismo, pois as entidades e associações do movimento vivo das massas não estão presentes na construção da sociedade. A experiência que se tem como muito importante, no PT, hoje, é a Polônia. Onde o socialismo chegou de cima para baixo, pela circunstância especial da 2ª Guerra Mundial, onde o Partido Comunista chegou ao poder pela ação do Exército Vermelho, como em outros países como a Tchecoslováquia e a Hungria. Agora, o movimento operário ativo aparece como algo inaceitável para as burocracias encasteladas que tentam impedir o verdadeiro socialismo pela base. Veja: a situação do sindicalismo no Brasil e na URSS é muito semelhante. No entanto, lá se fez uma revolução socialista que acabou com a propriedade privada, mas o sindicato é um mero homologador do governo, um organizador de festas do 1º de maio. Aqui, também, o sindicato é um mero instrumento do governo ou do regime militar de plantão. De repente, nós que defendemos uma nova sociedade nos deparamos com realidades sindicais tão semelhantes, em extremos opostos. É por isso que a Polónia é tão gratificante para nós do PT, pois aparece como a retomada do movimento operário de seu papel na construção do socialismo na Polónia. Agora é que começa a construção do verdadeiro socialismo que esteve nas mãos da burocracia sem base na classe operária.



AIRTON

No Brasil, a social-democracia não tem vez

Airton Soares é deputado federal e líder do PT na Câmara.

Vários setores de oposição acusam o PT de ser um partido social-democrata. O que você tem a dizer a respeito disso?

Airton Soares - O projeto político do PT é o de um partido que luta por um regime social onde os trabalhadores tenham hegemonia no interior da correlação de forças sociais, e, nesse sentido, é incompatível com a social-democracia. Nas sociedades européias onde as organizações sociais-democratas se instalam falando em nome do socialismo, apesar de existirem várias conquistas sociais, preserva-se o que é fundamental ao capitalismo, que é a propriedade privada sobre os meios de produção, distribuindo-se desigualmente os frutos do trabalho. A social-democracia, nessas sociedades, pode ter o significado de uma melhoria nas condições de vida de seus povos, o que já não acontece conosco. Nos países de terceiro mundo como o Brasil, o modelo já não se

aplica, pois aqui impõem-se profundas modificações na estrutura social, onde a questão da prioridade deve ser entendida sob a ótica dos interesses populares.

A base sobre a qual se faz política no Brasil é a barriga vazia, a extrema opressão da população. Se fosse este o patamar da política na Europa, os regimes social-democratas não teriam a estabilidade que têm. O processo aqui é muito mais radical."

No caso do Brasil, como você vê as tentativas existentes de adequação da social-democracia à nossa realidade?

Airton Soares - O Brasil é um país

terceiro-mundista onde já ficou claro - até para a social-democracia - que esse modelo político não se aplica. O mesmo se pode dizer para os países africanos que enfrentaram grandes mobilizações na luta pela libertação nacional, e se aplica também os países da América Central, como Nicarágua, El Salvador etc. No entanto não se pode negar a importância do apoio da social-democracia no bloqueio a ação imperialista contra esses países...

- E o PDT? Desde o seu surgimento esse partido trouxe para o Brasil a ideia de ser um partido alinhado com as propostas do tipo social-democrata...

Airton Soares - O movimento do governador Leonel Brizola, mesmo quando ainda estava exilado, estava nos planos da social-democracia. O partido participa

como observador de todas as reuniões - no meu entender sem êxito - ao seu projeto de construção partidária. Seu discurso político tenta adequar o getulismo do passado, à tradição petebista de participação popular - seria melhor dizer populista - com os desígnios sociais-democratas. Uma mistura que no meu entender não responde às graves questões da sociedade brasileira hoje. Isso porque os trabalhadores brasileiros não vão saltar de um processo de mobilização com base às reivindicações imediatas, necessárias à sobrevivência mesmo, para um projeto político que não seja fruto direto, um desdobramento político desse processo. A base sobre a qual se faz política no Brasil é a barriga vazia, a extrema opressão da população. Se fosse este o patamar da política na Europa, os regimes social-democratas não teriam a estabilidade que têm. O processo aqui é muito mais radical.



HELENA

Queremos um socialismo com liberdade e direitos humanos

Helena Greco foi presidente do Movimento Feminino Pela Anistia e é integrante da Comissão Executiva Nacional do PT.

Existe toda uma oposição corrente nos meios de comunicação que associa o socialismo com a ausência de liberdade e o desrespeito aos direitos humanos. Como você vê esta questão, principalmente agora que o PT definiu-se como partido socialista?

Helena Greco - Não podemos avaliar a questão dos direitos humanos nos países chamados socialistas, exclusivamente com base na grande imprensa, que só passa o lado que lhes interessa, o lado burguês da questão. O Solzhenitsin, por exemplo, é uma pessoa que escreve muito bem, mas analisa a questão por uma linha errada. Como dissidente que é, contrário ao stalinismo, consegue mostrar a situação lá. Escreve páginas e páginas sobre o terror vermelho, mas não fala nenhuma vez sobre o terror branco... Por isso mesmo, a sua fala foi tão aproveitada pela cínica "política dos direitos humanos" do ex-presidente Carter. Na verdade, o movimento dos operários dissidentes anti-socialistas e repórter a questão de uma maneira mais justa: a da necessidade da democracia no socialismo.

Como militante da Anistia, como alguém que sempre defendeu a dignidade da pessoa humana e as liberdades individuais, não posso admitir um socialismo sem liberdade. Talvez isso seja uma utopia, mas não é o socialismo de lá da URSS o que queremos. Teremos que trabalhar muito, poque à nível internacional nunca vi nada que sirva de referência para o que queremos fazer aqui.

- Sob um outro ponto de vista, a relação entre a luta pelos direitos humanos e a luta pelo socialismo está presente aqui no Brasil. E o governo, através da concessão da anistia parcial procurou esvaziar os comitês que organizaram a campanha pela anistia mas que cumpriam um

importante papel na denúncia das violações dos direitos humanos em geral...

Helena Greco - Mesmo com a anistia pela metade, vários companheiros de diferentes correntes políticas voltaram para o país e quase todos os presos políticos foram liberados. Mas até hoje não houve investigação sobre a situação dos desaparecidos. Além disso, o ano da anistia parcial foi o ano de maior violência nas ruas. Nossas conquistas foram apresentadas pelo governo como uma outorga e, ao mesmo tempo, os operários estavam sendo assadados à queima-roupa. A luta pela anistia ampliou-se, abarcando as reivindicações de liberdade em geral,

centrando na necessidade de demonstrar os aparelhos repressivos e acabar com a Lei de Segurança Nacional. De nossa parte, o núcleo que permaneceu na Comissão Executiva Nacional da Anistia e dos Direitos Humanos, na última reunião realizada na CONCLAT, resolvemos exigir dos partidos de oposição uma atuação mais incisiva na defesa da Anistia Ampla, geral e irrestrita e a luta pelo aparato repressivo, contra a Lei de Segurança Nacional. O PT ainda não tomou de frente esta luta e é preciso compreender que é um enfrentamento central com o estado burguês e seus mecanismos de controle e repressão à classe operária.

- Há alguns anos que você tem estado no centro das denúncias de violação dos direitos humanos aqui em Minas. Tem sentido de perto as violências e desrespeito cometidas contra as pessoas, principalmente sobre a população carente. Como você vê a possibilidade de erradicar ou mudar substancialmente essa situação dentro dos marcos do capitalismo, como ele se apresenta hoje no Brasil?

A luta pelo dismantelamento do aparelho repressivo é um enfrentamento central com o Estado burguês e seus mecanismos de controle sobre a classe operária.

Helena Greco - É muito difícil, impossível mesmo. Acho, inclusive, que a violência policial permanente sobre o povo faz parte do sistema de dominação, para mantê-lo amedrontado e submisso. Os assassinatos impunes do "cravo vermelho" - reedição mineira do famigerado "esquadrão-da-morte" - as blits sobre as favelas, torturas nas delegacias, a violência sobre os menores abandonados, isso só vem reforçar a idéia de que estas são pessoas "marginais" e que, portanto, merecem um tratamento distinto. Só vêm esconder o fato de que a maior parte delas são trabalhadores ou filhos de trabalhadores que tiveram de recorrer ao crime como foram de sobreviver. É um círculo vicioso difícil de remover sem mudar as bases do sistema. Creio que o socialismo no Brasil teria este grande significado: a recuperação da dignidade das pessoas, da sua humanidade.



ENCARTE
ELEITORAL

O PT socialista e as eleições

Como a partir de sua definição socialista e coerente com ela, o PT deve se armar de uma plataforma tática eleitoral para enfrentar o pleito de 82? Aqui, uma contribuição do jornal *EM TEMPO* ao debate que se trava hoje no partido e que culminará na pré-convenção nacional de janeiro próximo

O que o PT será no futuro vai depender em muito de como participar das eleições de 82. E, em um sentido amplo, também o movimento operário popular, as suas lideranças, as suas organizações serão profundamente afetadas pelas eleições.

E não apenas porque nelas estará em jogo o registro legal do partido. Ou o PT toma as rédeas de sua participação eleitoral, imprimindo a ela de cima a baixo, do programa ao método, o princípio de independência política dos trabalhadores ou será inevitavelmente tragado pela voragem da corrupção que todo processo eleitoral traz.

Assim, para o PT o que estará em disputa — mais do que cargos executivos ou cadeiras no parlamento — será a consciência e a organização dos trabalhadores. O PT combaterá no interior dos movimentos populares as propostas de “trégua social”, de paralisar as lutas para “garantir as eleições”, chantagem que certamente será utilizada pelo governo. Disputará palmo a palmo o voto dos brasileiros mas recusará e denunciará a corrupção eleitoral através de dinheiro e promessas demagógicas. Trocará o radicalismo verbal dos políticos burgueses em campanha por um programa claro de lutas e realizações parciais, desmascarando as ilusões parlamentares e apontando as formas de organização popular para

conquistar e controlar os eleitos. Respeitará a autonomia das entidades de massa do movimento popular, recusando a utilização de suas máquinas administrativas.

Enfim, cada passo do partido nas eleições deve ser subordinado ao seu objetivo permanente: conquistar o poder para e com os trabalhadores, construir o socialismo. Contra repressão e as manobras da ditadura, apesar da descrença e elitismo dos partidos burgueses, assim crescerá o PT nas eleições, se alimentando no que há de mais poderoso hoje no Brasil: a resistência, a solidariedade, a força e as esperanças da classe trabalhadora.

Em defesa da independência de classe

O novo “pacote eleitoral” do governo trouxe à baila novamente o tema da fusão. A proposta vem anunciada pelos dois maiores partidos de oposição burguesa, o PMDB e o PP, fundamentada em argumentos explicitamente eleitorais.

De novo, como no debate sobre coligações, e agora de modo mais grave, o que está em jogo é o princípio de independência política dos trabalhadores que marcou o nascimento e dá motivação à existência do PT. Fundir, conviver sob a mesma sigla, estrutura partidária e programa ou estabelecer acordos eleitorais, de resultados inevitavelmente duradouros, ameaçam a raiz do PT: a sua capacidade de representar de maneira clara, sem conciliação, os interesses dos trabalhadores na política.

É certo que o PMDB e o PDT têm um distanciamento maior do círculo do poder do que o PP e o PTB, partidos cristalinamente comprometidos com a ditadura. No entanto, PMDB e PDT, se não têm um vínculo direto com os principais setores que compõem as classes dominantes, se mesmo têm incorporados em seu seio setores do movimento popular, apresentam um programa, uma estrutura, um método de fazer política essencialmente burgueses.

Por isto, por representar uma proposta liberal burguesa inviável de ser praticada pelo regime ditatorial típico de um país onde a burguesia já nasceu conservadora ou mesmo por criar ilusões e inibir o desenvolvimento de propostas classistas, a composição com estes partidos mais danos traz do que benefícios à organização dos trabalhadores. É preferível um Montoro a um Maluf, mas é preferível um Maluf com as classes trabalhadoras organizadas e dispostas a defender seus interesses do que um Montoro com o movimento desorganizado, amarrado à burguesia, desmoralizado.

E são sem dúvida um grande marco as respostas firmes e decididas que a direção nacional do PT vem dando às tentativas dos outros partidos de lhe impor a coligação e agora a fusão.

Saltando sobre as armadilhas do eleitoralismo

Dez propostas para o PT evitar os perigos da corrupção eleitoral

1 A chapa do PT deve ter uma maioria de trabalhadores e líderes populares. As eleições constituem um momento importante para consolidar lideranças e para estimular o crescimento político dos militantes. O PT tem o máximo interesse em que o maior número possível de trabalhadores que sejam lideranças e possuam alguma representatividade aprofundem a sua inserção e politizem os movimentos.

2 Os candidatos do PT devem ter um compromisso claro e público de respeitar os órgãos e decisões do partido. Os militantes candidatos terão um papel especial na fixação da imagem do partido junto às massas. Por isso, as convenções deverão submeter a indicação dos candidatos à sua aceitação de uma carta de compromisso com uma atuação unitária, respeitando as decisões e canais coletivos do partido.

3 Para garantir a unidade do PT nas eleições, é fundamental realizar escolhas democráticas dos candidatos. O caminho para evitar que o partido se despedace em disputas e dissensões é a prática tradicional de pré-convenções livres utilizando o critério de votação proporcional que garante a expressão das minorias. Para garantir que as pré-convenções tenham reais condições de

escolha é necessário garantir um processo ordenado de indicações por áreas (de acordo com a população, a composição social e o número de filiados do PT) e por movimentos (de acordo com a importância e penetração do PT), zelar por uma ampla informação sobre os militantes que disputam principalmente as candidaturas para eleições majoritárias.

4 Fechar as portas para o carreirismo e o personalismo. Não se pode desprezar o efeito corruptor das eleições, mesmo nos meios petistas. Os candidatos devem assumir um compromisso público de colocar os seus mandatos (se eleitos) sob orientação do partido, socializando e utilizando da infraestrutura a que têm direito para o partido (no caso de vereadores, deputados estaduais e federais e senadores) ou para as organizações populares (no caso de prefeitos ou governadores). A remuneração a que devem ter acesso pessoal nunca deve ser superior ao seu salário atual, exceto nos casos em que estes forem considerados insuficientes para garantir condições dignas de vida.

5 Caixa única para financiar as campanhas. Sem uma centralização financeira das campanhas pelas direções estaduais e municipais, duas tendências ocorre-

rão: o prejuízo dos candidatos que não dispõem de recursos próprios (a situação generalizada para os candidatos de origem popular) ou não pertençam a correntes ou tendências mais organizadas.

6 Garantir a centralização política da campanha. A única forma do partido garantir uma racionalidade na ocupação de espaços, de evitar a duplicação de esforços e material de campanha, além de zelar para que não haja uma perda de energia na disputa de votos entre candidatos do PT é criar formas de centralizar as campanhas nos variados níveis através das direções estaduais e municipais. Por isso, deve ser proibida a criação de comitês eleitorais de candidatos isolados.

7 O PT não pode diluir a sua estrutura organizativa no processo eleitoral. As eleições devem ser um momento de filiação, de revigoração dos núcleos e inter-núcleos e de nucleação de novas áreas de influência do partido, e não de diluição organizativa em troca de uma influência ampla mas pouco sólida. Por isso, as campanhas devem ser assentadas sobre os núcleos e centralizadas pela direção do partido.

8 O PT deve avançar chapas completas de candidatos para concorrer aos

cargos proporcionais. Mesmo que certos militantes não tenham claramente condições de se eleger, a sua candidatura pode somar votos para a eleição de um outro companheiro. Além de cobrir toda a área geográfica, dos principais movimentos, o partido deve lançar candidaturas que expressem a luta contra a discriminação da mulher etc.

9 O PT deve estimular a discussão de sua plataforma por parte das entidades e associações do movimento operário-popular. Para combater a utilização aparelhística de entidades, para politizar os movimentos e ressaltar a necessidade de construir sua unidade, o PT deve estimular que as entidades promovam debates, se possível em confronto com outros partidos de oposição.

10 O PT deve criar instâncias de controle e fiscalização das candidaturas. De nada adianta ao partido aprovar normas de campanha se não se capacita para zelar pelo seu cumprimento. As direções estaduais têm de se preservar o direito de publicar cartas denúncias desautorizando candidaturas que estejam em contradição com os princípios básicos do partido, tais como praticar corrupção eleitoral, desviar recursos, propagandear plataformas em contradição com as aprovadas.

Porque não a luta pela Constituinte?

Sete argumentos contra a luta pela Constituinte e como respondê-los

O PT, como partido, tem que politizar a luta dos trabalhadores dirigindo-a contra a ditadura militar - As eleições do ano que vem colocarão no centro político a questão do poder. E até mesmo o movimento sindical, através da CONCLAT, já assumiu há meses a luta por uma Constituinte. É hora do partido reabrir o debate, se armar politicamente e tirar o atraso em relação ao movimento sindical.



1 - O que interessa hoje são ao PT as lutas imediatas dos trabalhadores, em torno das quais eles estão se mobilizando, e não acertos de cúpula para a ordenação jurídica do poder.

Defender hoje a luta por uma Constituinte não significa de modo algum fazer dela o centro exclusivo da agitação e mobilização, como se ela fosse uma varinha de condão para resolver todos os problemas do país. Esta é a visão dos políticos moderados, dos liberais burgueses, que falam de uma Constituinte "bem comportada", que não incomode aos patrões, que seja apenas um embelezamento, uma legitimação da ditadura e sua "abertura".

É possível e necessária uma outra luta pela Constituinte e que é a que interessa aos trabalhadores. Como ficou definido na CONCLAT, por exemplo. Lá, mais de 5 mil sindicalistas aprovaram lutar por uma Constituinte junto com as reivindicações contra o desemprego e a carestia; um a luta pela Constituinte escorada na mobilização e organização dos trabalhadores pelas suas reivindicações imediatas; uma luta pela Constituinte que completa a plataforma de mobilização dos trabalhadores dando a ela um sentido político mais geral contra o regime militar e pelas liberdades democráticas.

A CONCLAT entendeu com razão - e o PT não pode ficar atrás do movimento sindical - que não bastam as lutas imediatas, que isto seria economismo, seria um atraso na organização e politização nacional dos trabalhadores.

E o PT, que como partido é mais avançado do que o movimento sindical, não pode ficar prá trás neste terreno, preso ao imediatismo das lutas econômicas.

2 - Os trabalhadores ainda não sabem, não entendem o que é uma Constituinte e não se mobilizarão nesta luta.

Este argumento é falso. Muitos trabalhadores, talvez a maioria, não sabem sequer o que é o próprio PT. No limite, muito ainda sequer entendem o que é o sindicato, não se filiam a sua entidade, não participam das assembleias e greves etc. Muitos ainda não sabem o que foi a CONCLAT, o que é uma CUT etc.

Mas nem por isso o PT deixa de lutar por estas bandeiras. Pois o papel de um partido é exatamente dirigir, propor, formar a classe trabalhadora na luta política.

Por outro lado, a Constituinte não é de difícil entendimento pelas massas, a partir mesmo do senso comum, do seu grau de

consciência atual, pois a Constituinte é o povo livremente eleger seus representantes que, a nível nacional, reunidos em assembleia, votarão as leis maiores que regerão o país. Muito mais difícil das massas entenderem, hoje seriam as formas de governo mais avançadas, revolucionárias, soviéticas por exemplo, que requerem uma compreensão mais profunda dos mecanismos do poder, do estado etc.

3 - Hoje uma Constituinte só é possível se convocada por Figueiredo, o que seria necessariamente uma farsa que não resolveria nada.

A afirmação é em parte, verdadeira, só que não tem nada a ver com a defesa da luta por uma Constituinte. Lutar hoje por uma Constituinte é diferente de lutar para que Figueiredo convoque hoje uma Constituinte. Porque?

Em primeiro lugar é altamente remoto que o regime convoque uma Constituinte, qualquer que seja ela, pois se até mesmo diante das restritíssimas, eleições de 82 o regime já treme nas bases e lança agora sem golpe através do pacote de novembro, o que dizer de uma Constituinte que, por mais limitada que fosse, referia todas as leis do país?

Em segundo lugar a Constituinte pela qual os trabalhadores lutam não tem nada a ver (a não ser no nome) com aquela que remotamente Figueiredo poderia talvez convocar. A dos trabalhadores pressupõe total liberdade, pressupõe o fim do regime militar. A de Figueiredo pressuporia, pelo contrário, o embelezamento, disfarce e manutenção deste regime que aí está.

Ou seja, a diferença é clara. E, do mesmo modo, não foi porque Figueiredo poderia aprovar seu miserável reajuste semestral dos salários, que os trabalhadores deixaram (nem deixarão) de lutar pela sua bandeira de reajustes trimestrais.

4 - A luta por uma Constituinte hoje seria capitalizada e dirigida pelos liberais, reforçando as ilusões parlamentaristas na massa.

Em tese, a luta por democracia, qualquer que seja ela, pode ser capitalizada pelos liberais. Mas exatamente ao contrário deste argumento - que poderia surgir então que os trabalhadores não lutassem por democracia - é justamente quando os trabalhadores avançam no terreno democrático, dando um real conteúdo de liberdade a estas bandeiras, que o campo político fica mais difícil para a demagogia farsante dos liberais em torno da democracia. É quando os trabalhadores disputam neste terreno com a burguesia que as coisas ficam mais difíceis para ela, que ela se desmascara, se mostra no que de fato é. E é assim que os trabalhadores vão pouco

a pouco assumindo a dianteira na luta democrática dentro da sociedade, ao mesmo tempo em que vão preenchendo a noção de democracia com um conteúdo mais social, mais no seu interesse.

Noutro plano, hoje os liberais pouco a pouco vêm abandonando, deixando cair de suas mãos, a luta por uma Constituinte. Eles estão cada vez mais interessados na "abertura", em ampliar um pouco seus limites, de forma a cabê-los aí dentro. Mais que nunca é urgente pois os trabalhadores empunham a bandeira para, desmascarando os liberais, mostrar para o conjunto da sociedade quem são os verdadeiramente interessados numa real democracia.

5 - Se não devemos lutar por uma Constituinte hoje, em todo caso, não somos sectários; se ela vier nós participaremos para ampliá-la ao máximo.

Este é o argumento do avestruz. Ignorar a realidade das lutas, da dinâmica do processo político, na ilusão de que, sempre está em tempo de corrigir eventuais erros de avaliação. Ora, se os trabalhadores não lutarem por uma Constituinte, não lutarem para que ela venha, ao máximo, sob sua força, sob seus requisitos e caráter, é claro que se ela vier, aí então é que a eles não terão alternativas senão encenar o jogo que lhes estará reservado não entrem na cena política ofensivamente é que o espaço fica mais livre para os demagogos da burguesia fazerem sua demagogia em torno da questão da democracia e, em seguida, como paladinos da liberdade, capitalizarem por sobre as ignorâncias e ilusões do povo.

6 - As Constituições no passado, do Brasil, nunca resolveram coisa alguma para os trabalhadores. Nem as revoluções que se já fizeram no mundo foram feitas passadas por meio de uma Constituinte.

Em parte é verdade. Só que, novamente, isso tem pouco a ver com a defesa de uma luta pela Constituinte. Pois o papel da luta pela Constituinte não é resolver os problemas de fundo da classe trabalhadora. É somente um Governo dos trabalhadores e o socialismo que resolverão definitivamente seus problemas. Mas nem por isso devemos somente lutar pelo socialismo e nada mais nem salários, nem baixas tarifas de ônibus, nem anistia etc.

O papel da luta por uma Constituinte é justamente de fazer avançar a luta democrática, isolar o regime militar desmascarar as vacilações dos liberais, de criar as condições para que os trabalhadores se imponham como vanguarda na luta

democrática e imprimam aí seus interesses e seu conteúdo. Preparando assim o caminho e as condições para derrubar a ditadura rumo ao socialismo.

Se as Constituintes no Brasil nunca resolveram os problemas de fundo isso se deve menos a uma limitação de qualquer luta pela Constituinte e mais às condições do movimento de massas e suas direções que não souberam ou conseguiram fazer com que nesta luta democrática os trabalhadores abrissem caminho para transformações mais de fundo. Foi o caso patente na Constituinte do fim do Estado Novo, em 1945 onde o PSB, por exemplo, ao invés de impulsionar, em meio à luta democrática, a luta contra a exploração e op capitalismo, adotou uma política de apertar os cintos, de segurar as greves, em prol de uma suposta consolidação tranquila da ordem democrática. O que fazia parte de sua estratégia política internacional no pós-guerra - o imperialismo não criando problemas no bloco soviético e este em troca não criando problemas no mundo ocidental.

Por outro lado, em todas as revoluções já ocorridas a luta por uma Constituinte fez parte dos programas de luta. Na maior parte dos casos ela sequer chegou a ser convocada, mas isso nunca importou do ponto de vista da justiça ou não de se lutar pela Constituinte. Pois foi justamente aí neste caso que, ao longo da luta pela Constituinte, os trabalhadores forjaram sua força democrática, desmascararam as burguesias, tomaram-lhe o lugar na vanguarda da luta democrática e se educaram politicamente a ponto de, chegada a hora da tomada do poder, terena já forjado para si e legitimado frente ao conjunto do povo órgãos de poder muito mais eficazes para exercer seu poder do que as formas burguesas como a Constituinte.

Pode ser portanto que o Brasil ocorra o mesmo. Ou seja, que na luta por uma Constituinte venham a se dar condições que façam com que, no final, não cheguemos sequer a convocá-la. Mas isso nada tem a ver com a conveniência ou não desta luta hoje.

7 - Se a Constituinte é para derrubar a ditadura, se os trabalhadores já tem força para tanto, porque então não lutarmos já, diretamente, por um Governo dos Trabalhadores?

Justamente porque os trabalhadores ainda não tem esta força. Justamente porque fazendo política não nos seus sonhos do que seria uma sociedade ideal mas na realidade concreta de hoje, é que eles precisam de uma forma de luta adequada à atual correlação de forças e grau de consciência política das massas para acumular forças em seu favor. Os trabalhadores tem hoje que dispensar e forjar forças no terreno dado: no terreno democrático caracterizado pelo desgaste e isolamento do regime militar. Não estamos ainda numa situação de enfrentamento global entre duas classes, próximo ao seu desfecho final.

Isto não impede, mas pelo contrário requer, que PT vá já propagandeando o seu Governo dos Trabalhadores, educando as massas neste sentido. Mas, uma coisa é esta propaganda, e outra bem diferente é a luta democrática atual, onde os trabalhadores buscarão reunir e dirigir o maior contingente possível de forças contra a ditadura militar. E é para isso que a Constituinte é necessária.

PLÍNIO

O socialismo é para o PT o que a linha do horizonte é para o navegante

Plínio Sampaio é membro da Comissão Executiva do PT paulista e destacada liderança católica.



LISÂNEAS

A Nicarágua está inovando

Lisâneas Maciel é o provável candidato ao governo do Rio pelo PT e membro do Conselho Mundial das Igrejas.



— Como você vê a recente definição do PT pelo socialismo?

Lisâneas — Eu ainda não cheguei a ler o discurso do Lula na convenção, mas acho que o regime socialista é, apesar de todas distorções e problemas que se possa encontrar nas experiências atuais, a melhor solução. Digo apesar das distorções para me diferenciar daqueles que pretendem dar ao socialismo pelo qual lutamos uma rigidez baseada em modelos totalmente imprópria e que jamais foi sonhada por seus inspiradores.

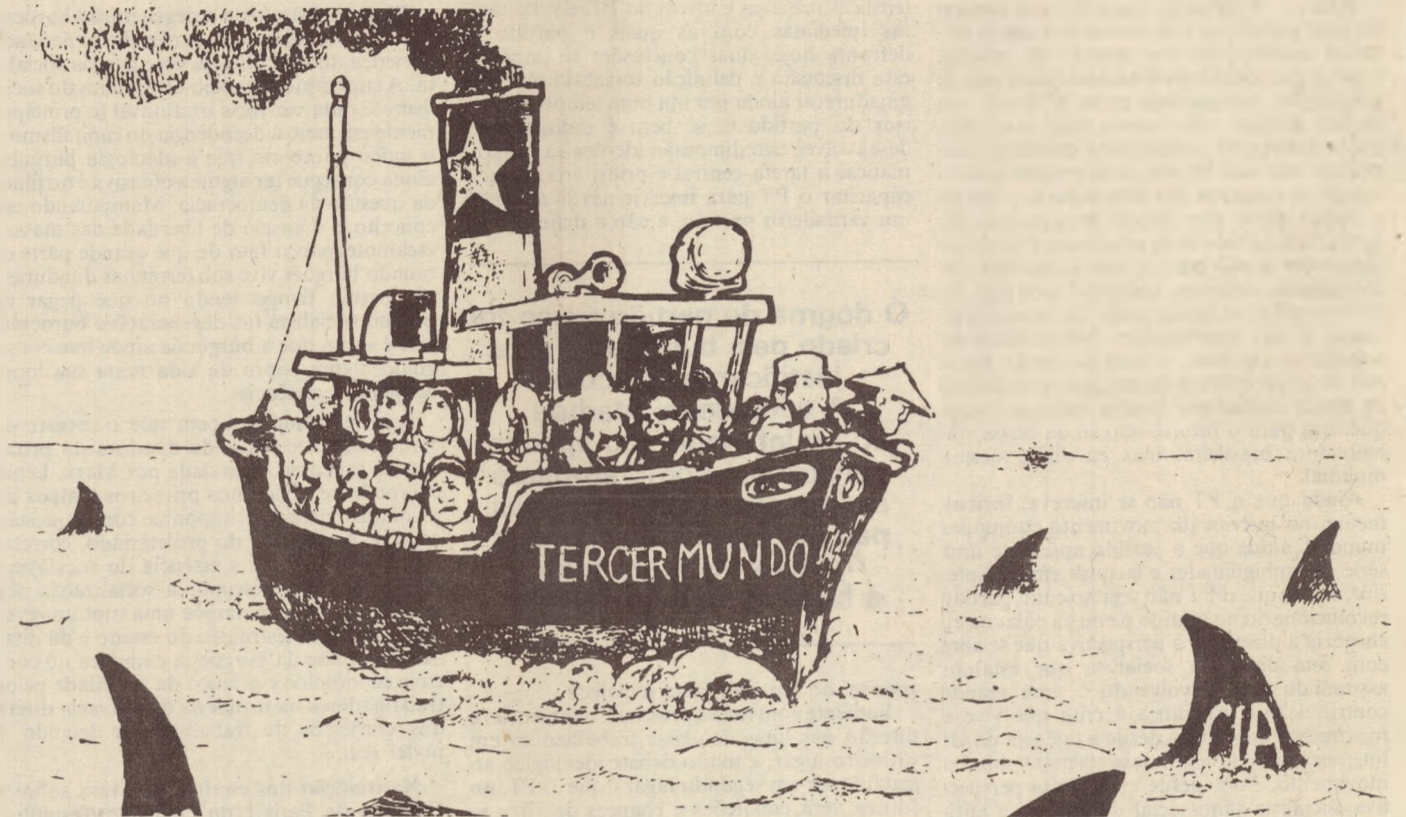
Vejo na Nicarágua, por exemplo, uma demonstração viva desta minha pretensão. Lá, vem se realizando firmemente o socialismo em vários níveis e sem grandese sonoras proclamações ou imitações de modelos já existentes. De acordo com princípios certos e, com muito realismo, dentro das possibilidades, a liderança sandinista vem gradualmente e colada nas realidades do país desenvolvendo uma experiência revolucionária à qual deveríamos dedicar especial atenção e estudo. Principalmente pela grande proximidade de nossa realidade.

Alguns dentro do PT pretendem um socialismo imediatamente e transplantado de outros modelos. A estes eu respondo que a flexibilidade é importantíssima para chegarmos lá. A pressa só pode trazer-nos prejuízos nesta marcha. Os próprios Cubanos, que encontrei certa vez na Nicarágua me disseram que tinham ido lá aprender com o processo sandinista. Até eles demonstraram esta modéstia. Muito mais então nós, não?

— Como você vê a social democracia?

Lisâneas — Há várias propostas. A alemã por exemplo, é quase que o nazismo. A francesa e sueca são mais razoáveis; esta última por exemplo ajudou muito na derrubada da ditadura grega. A dinamarquesa, austríaca e portuguesa (Mário Soares como preposto de Willy Brandt) são péssimas. A Nicarágua soube compreender esta diversidade e vem sendo apoiada por setores da social democracia.

Mas o que eu acho fundamental no socialismo é que ele deve manter o elemento libertário e pluralista. Quando se dedica disso, o autorismo termina por entrar pela porta dos fundos.



— Que importância você atribui à definição pelo socialismo feita pelo PT na atual etapa de sua construção?

Plínio — Eu tenho usado uma imagem para responder claramente a essa questão, que considero importante. Tenho colocado que a proposta socialista funciona hoje para nós como a linha do horizonte funciona para a navegação. A navegação não seria possível se não existisse a linha do horizonte, porque é ela que dá a direção. O socialismo não está posto na sociedade brasileira como uma possibilidade concreta imediata. Para chegarmos ao socialismo, os trabalhadores e as massas populares precisam dar ainda alguns passos, mas para que possam dá-los é preciso que saibam em qual direção. Assim, a proposição do socialismo hoje é uma condição para que surjam os recursos necessários para viabilizar o socialismo de amanhã. A forma de solucionar os nossos problemas concretos imediatos é função de nossa direção última, que é o socialismo.

— O que caracterizaria a sua proposta de socialismo?

Plínio — Evidentemente não temos condições de detalhar o futuro agora. Será na marcha, no processo e diante das condições históricas concretas com que nos depararmos é que iremos forjando as formas práticas desse socialismo. Entretanto já temos de definir alguma coisa para que nosso socialismo não permaneça apenas uma aspiração vaga, uma palavra vazia. Mesmo porque o conceito de socialismo já é muito claro e não tem de ser reinventado.

No plano da economia, o socialismo se antepõe ao capitalismo em três pontos fundamentais. No regime capitalista, o capital, os meios de produção pertencem a uma classe social, a burguesia. No regime socialista, os meios de produção pertencem à coletividade. O regime capitalista produz mercadorias para gerar lucros para o dono do capital. No socia-

lismo a economia é organizada para produzir bens de uso para atender às necessidades da população. Uma das características fundamentais do regime socialista é que não existem disparidades no consumo dos bens essenciais, sobretudo alimentação, vestuário, moradia, saúde e educação. O corolário de um regime que tem a propriedade privada dos meios de produção e a mercadoria como fonte de lucro é a livre iniciativa do dono do capital. No capitalismo o dono do capital é juiz de fazer ou não fazer o investimento. É juiz da qualidade e da quantidade do que produz em qualquer momento do processo. O que o norteia é a competição com seus concorrentes e suas margens de lucro. No regime socialista que nós vamos instituir no Brasil, não haverá livre iniciativa de particulares. Haverá uma decisão coletiva através do planejamento. Como planejaremos, é uma questão futura. Seguramente existirão várias instâncias de planejamento com trajetos diferenciados. Um trajeto de informação que pode partir dos órgãos técnicos para a base da sociedade, um trajeto da base da sociedade exprimindo suas várias aspirações e finalmente uma amarração em nível técnico superior para compatibilizar todas as propostas. Mas até isso será mesmo definido no processo. Como princípio o que nós temos é isso: economia planejada.

— E do ponto de vista político? O que caracteriza a proposta socialista?

Plínio — Do ponto de vista político, a sociedade socialista que o PT pretende construir é uma sociedade democrática. Isto quer dizer, em primeiro lugar, respeito aos direitos individuais garantidos por uma constituição: liberdade de manifestação e expressão, liberdade de ir e vir, ou seja, os direitos hoje incorporados na consciência coletiva do mundo civilizado. Em seguida, um regime democrático quer dizer pluralidade de partidos. Qualquer

grupo ou camada social tem o direito de se organizar em partido e disputar seu lugar junto à opinião pública segundo as regras gerais estabelecidas. Defendemos ainda a liberdade de organização sindical. Defendemos a completa autonomia dos sindicatos em relação ao governo, aos partidos ou quaisquer outras instâncias institucionais. O sindicato é um órgão de defesa do trabalhador. Outra característica da sociedade socialista que nós queremos é a liberdade de imprensa.

— Enquanto católico, como você vê a questão da violência. Seria possível chegar ao socialismo sem violência?

Plínio — Historicamente nunca houve uma transformação social e política profunda sem uma comoção social que incorresse em alguma forma de violência. Neste sentido, devemos estar alertas para entender que na passagem é previsível a possibilidade de comoção com alguma violência. Mas isso não quer dizer obrigatoriamente. Porque sempre aconteceu assim na história não obriga a sua repetição no futuro.

Por outro lado, é um equívoco pensar que o pensamento cristão não admite a violência e seja absolutamente pacifista. São Tomás de Aquino, por exemplo, admite o direito de revolução, de rebelião. Postula que os cidadãos têm o direito de se rebelar, usando os meios adequados para derrubar a tirania quando ela não abre nenhuma possibilidade de superar a subjugação.

No entanto, o mais importante de se ressaltar é que o socialismo não é violento. Violento é o capitalismo e violenta é a burguesia que necessariamente reage pela força contra aqueles que querem acabar com seus privilégios. Em última instância, portanto, a violência depende dela e não dos que almejam o socialismo. De qualquer forma, essa questão não se coloca hoje em concreto e assim fica remetida ao plano dos princípios.



RAUL

O PT aponta para uma democracia socialista revolucionária

Raul Pont, vice-presidente do PT gaúcho e membro do Diretório Nacional, é colaborador do *EM TEMPO*.

— Como você avalia a definição pelo socialismo que o PT vem tomando?

Raul — A definição que o PT vem tomando pelo socialismo é de uma importância histórica incalculável: um partido de massas, legal, organizado a nível nacional num país de proporções continentais como o Brasil, um partido dirigido pelos setores mais avançados e combativos da nossa classe operária, integrando em suas fileiras praticamente todo o legado da esquerda não reformista brasileira e a maior parte dos setores progressistas da igreja; um partido com estas características e dimensões (e não um pequeno grupo de revolucionários) assumir a definição socialista, ao mesmo tempo se demarcando da social democracia e das degenerações burocráticas do socialismo existente, é uma aquisição histórica de proporções e de um potencial difíceis de serem avaliados e tiradas todas as consequências para o futuro; não só da classe trabalhadora brasileira, mas eu diria, mesmo mundial.

Ainda que o PT não se inscreva, formalmente, no interior do movimento comunista mundial, ainda que o partido apresente uma série de ambigüidades e lacunas em seu interior, ainda que o PT não seja hoje um partido revolucionário no sentido pleno da palavra, eu chegaria a dizer que a perspectiva que se abre com esta definição socialista que estamos assumindo e desenvolvendo é uma grande contribuição e esperança à crise que vive o movimento comunista desde a falência da III Internacional e a hegemonia stalinista sobre o movimento. Pois, desde então, esta perspectiva socialista (anti-social democrata e anti-burocrática) nunca conseguiu sair dos pequenos círculos e organizações de revolucionários com pequena ligação junto às massas.

Este preliminar é importante para que possamos situar bem o valor do que já alcançamos e vemos com clareza o que ainda teremos que avançar pela frente.

— O que você pensa da afirmação de que o socialismo do PT se definirá no dia a dia das lutas da classe trabalhadora?

Raul — Em primeiro lugar esta é uma questão de método importante. Pelas características massivas e jovens do PT, e pelas tarefas imediatas com as quais o partido se defronta hoje, duas conclusões se impõem: esta discussão e definição socialista terá que amadurecer ainda por um bom tempo no interior do partido e, se bem é indispensável desenvolver esta dimensão ideológica programática, a tarefa central e prioritária, hoje, é capacitar o PT para intervir nas lutas como um verdadeiro partido, e não a definição já,

O dogma do partido único foi criado pela burocracia para justificar suas ações. A verdadeira ditadura do proletariado não apenas consolidará como ampliará as liberdades democráticas para as massas de maneira jamais vista em toda a história da humanidade.

precisa, do seu programa socialista.

Somente com muita presença, intervenção e direção nas lutas da classe trabalhadora em primeiro lugar, e muito debate ideológico no seu interior em segundo lugar é que o PT, no futuro, terá condições e chances de vir a se definir cabalmente por um socialismo revolucionário de modo completo e consequente.

Mas o debate sobre o socialismo é necessário desde já, imprescindível mesmo, ainda que num lugar secundário. E aí é que eu vejo uma possível interpretação equivocada da fórmula "no dia a dia das lutas" que pode sugerir uma postura espontaneísta e desdenhosa do legado de experiências e doutrinas que o movimento operário tem acumulado.

— A seu ver, o que é o fundamental deste legado hoje em dia?

Raul — Não fosse a degeneração burocrática do socialismo a partir da experiência soviética, todo o planeta hoje já seria socialista. A superioridade sócio-econômica do socialismo é cada vez mais irrefutável (e principalmente em meio à decadência do capitalismo) e o único ponto em que a ideologia burguesa ainda consegue ter alguma ofensiva é no plano da questão da democracia. Manipulando este conceito e o anseio de liberdade das massas, escamoteando o fato de que grande parte do mundo burguês vive sob ferrenhas ditaduras e ao mesmo tempo tendo no que pegar no mundo socialista (as degenerações burocráticas) é assim que a burguesia ainda tem conseguido algum sopro de vida nesta sua longa agonia e decadência.

Esta realidade faz com que o resgate da democracia socialista, da ditadura do proletariado tal como formulada por Marx, Lenin e Trotsky, e vivida nos primeiros tempos da revolução russa, se imponha como questão central. A ditadura do proletariado, corretamente entendida, é a essência do socialismo revolucionário: pressupõe a socialização dos meios de produção, impõe uma ruptura revolucionária e a destruição do estado e da ditadura de classe da burguesia e implica no controle econômico e político da sociedade pelos trabalhadores na forma da democracia direta dos conselhos de trabalhadores detendo o poder real.

Na tradição dos escritos de Marx sobre a Comuna de Paris e de Lenin no "Estado e Revolução" a ditadura do proletariado é uma ditadura apenas no sentido da classe trabalhadora majoritária sobre a minoria burguesa, e que consolida e aprofunda todas as liberdades democráticas - a liberdade de imprensa, o direito de opinião, a liberdade de associação e de partidos políticos, o direito de greve e a liberdade sindical. Se as coisas não se passaram assim na URSS é outro problema. Pois estes revolucionários nunca fizeram modelos

rígidos calcados nas experiências pioneiras do socialismo. Lenin sempre dizia que não devemos construir dogmas, e que os soviets da Europa Ocidental seguramente fariam muito melhor do que fizeram os bolcheviques em condições desfavoráveis. É isso que temos que ter em conta como um legado a ser trazido para o dia a dia das nossas lutas e não aquelas fórmulas - também encontráveis em seus textos e feitos - que justificam as medidas defensivas temporárias tomadas pela revolução mas posteriormente transformadas pela burocracia em pretensas máximas do socialismo.

— E a questão do partido único...

Raul — Veja bem: nem o programa bolchevique nem o "Estado e Revolução" defendem a supressão do direito de voto à burguesia. E desde então as experiências nos alertam ainda mais. Pois qual será o partido único, ou quais serão os partidos operários? Quem é o juiz desta questão? O partido é o trotskista ou o maoísta? E o partido tal, é operário ou é da burguesia de estado, ou da social democracia? Se formos por esta via o perigo está instalado. A única saída é que qualquer partido será reconhecido desde que aceite a legalidade socialista na prática, defendendo as idéias que defender. A ditadura do proletariado é uma ditadura apenas na medida em que ela ataca a propriedade privada e o estado burguês, destruindo o poder e a violência da burguesia. Mas ela não toma medidas de força contra as idéias e os partidos da burguesia ou da pequena burguesia, desde que enquadrados na legalidade socialista, apesar de sua contra-propaganda. E aí não há o que temer. A superioridade política do marxismo e as massas armadas controlando diretamente o poder e a economia são mais do que bastantes para prevenir uma volta ao capitalismo.

Mas enfim, o que quero ressaltar é que o resgate da democracia socialista - na doutrina e nas experiências - é algo fundamental para o futuro socialista do PT e que não pode ser deixado de lado em prol do "dia a dia nas lutas".



SOUZA

O socialismo já foi definido, por Marx e Engels

Elio de Souza é Secretário Geral da Comissão Executiva do PT do Rio de Janeiro.

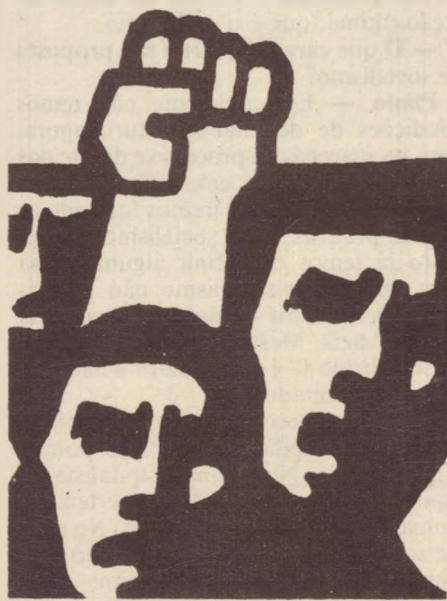
— Como você avalia a definição do PT pelo socialismo?

Souza - Como tem dito sempre Lula, se você pedir a um operário do ABC com alguma militância sindical, para ele fazer um programa para os trabalhadores ele fará um programa socialista. O programa do PT aponta a luta do partido no rumo da construção de uma sociedade sem explorados e sem exploradores. Este mesmo programa diz também que ele deve ser aprofundado de maneira permanente por seus membros e detalhado pela prática política dos trabalhadores. Portanto, como não poderia deixar de ser, o programa atual do PT é um passo inicial, fruto das condições subjetivas a época de sua elaboração. Isto é, o

programa atual reflete a prática política dos trabalhadores, ainda muito dispersa..

Na convenção nacional, Lula, através do seu discurso, já avança na definição do tipo de socialismo pelo qual o PT deve lutar. Eu concordo que o socialismo que nós queremos não é nem a social-democracia - que não é mesmo socialismo - nem o socialismo burocrático - que não é também socialismo, porque nele o trabalhador não exerce o controle dos meios de produção, e o que é mais importante, não detém o controle político do Estado, que é quem decide como será feita a distribuição da riqueza produzida.

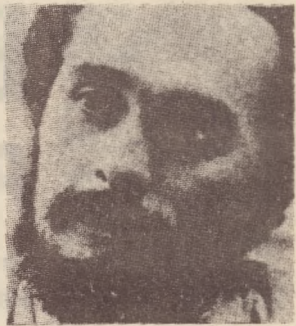
Não existe dificuldade na definição



de uma sociedade socialista, mesmo porque esta definição já existe desde Marx e Engels. O mais importante é como chegar lá. A construção do socialismo é tarefa para hoje e não para depois da tomada do poder. Ela passa pela construção das organizações independentes, pela afirmação no dia a dia, da hegemonia política dos trabalhadores. Passa também pela aplicação de uma linha de massas que respeite o nível de consciência das massas em cada luta. Se o PT for capaz de construir, fortalecer e respeitar as organizações de massa e garantir a hegemonia dos trabalhadores está dando um passo gigante na construção de uma sociedade socialista sem adjetivos.

GENOINO

Temos que resgatar a teoria do socialismo científico



José Genoino Netto, membro do Diretório estadual paulista e ex-integrante da guerrilha do Araguaia.

— Quais as implicações deste debate sobre o socialismo frente às tarefas atuais do PT?

Genoino — Eu julgo que este debate posto no partido é muito importante e que deve ser levado num leque amplo, incluindo mesmo setores de fora do PT. Muito importante porque, para ficarmos apenas numa questão mais imediata — as eleições do ano que vem — é claro que a plataforma do PT tem que estar coerente com o fim que o partido persegue. Portanto, o debate tem uma dupla importância: aprofundar a própria definição programática que o PT virá a fazer no futuro e orientar sua proposta política para o momento.

Agora na definição de nossa plataforma eleitoral não podemos, espontaneamente, se somos verdadeiramente socialistas, colocar em nossa plataforma apenas as reivindicações imediatas e espontâneas das massas e ao lado disso propagandearmos um socialismo vazio, só de palavra. Hoje precisamos de uma plataforma que seja um programa mínimo de luta dos trabalhadores radicalmente democrático, com vistas à derrubada da ditadura militar, e que ao mesmo tempo seja também essencialmente anti-capitalista, propondo medidas que quebrem a espinha dorsal deste sistema, através da luta contra os monopólios estrangeiros e nacionais e contra a propriedade latifundiária das terras, defendendo sua nacionalização sob controle dos trabalhadores.

Nossa plataforma tem que colocar a derrubada da ditadura militar e avançar um programa que já rompa no essencial com o capitalismo abrindo condições rumo ao socialis-

mo. Só assim seremos conseqüentes hoje com uma visão de sociedade socialista futura, como mencionava antes, no plano programático.

— E a nível programático, a seu ver, o que deveria ser o socialismo pelo qual o PT luta?

Genoino — Antes de mais nada o debate sobre o socialismo tem que nos permitir resgatar a teoria do socialismo científico. Não podemos dizer apenas que o socialismo do PT se definirá no dia a dia, pois isto é muito vago e permite muita confusão. Não basta o PT se dizer socialista. A França de hoje, por exemplo, tem um governo que se diz socialista: é aquilo que queremos? A Polônia se diz socialista também, apesar de milhões de trabalha-

Não basta dizer que o PT é socialista: hoje até mesmo o governo francês se diz socialista.

dores organizados no Solidariedade estarem em luta frontal contra o estado burocrático. E há muitos que, de modo ingênuo e espontâneo, julgam até mesmo que socialismo é todo mundo e cada um ser proprietário dos meios de produção.

Eu acho que a concepção de socialismo correta, que visa os interesses dos trabalhadores, passa pela expropriação dos capitalistas e que coloque os meios de produção socializados sob o controle coletivo dos trabalhadores. E que, a nível político, coloque o poder nas mãos dos trabalhadores para que eles o exerçam em prol de sua classe contra as classes dominantes atuais.

Isto é fundamental, e é isso que irá diferenciar o socialismo do PT tanto da social democracia com da burocratização de várias experiências socialistas. Temos que resgatar o conceito de poder político das massas tal como ele foi elaborado a partir das experiências clássicas da Comuna de Paris de 1871 e dos soviets da Rússia de 1917: um poder nascido das lutas das massas e exercido diretamente pelas próprias massas.

Temos que ter claro que não basta a socialização dos meios de produção sob controle do estado, mesmo que este estado seja de uma classe, o proletariado. O risco de burocratização é grande se não avançarmos na necessidade imperiosa do controle operário direto. O que as experiências socialista têm mostrado é que sem isso uma camada burocrática começa a acumular privilégios a nível político e mesmo econômico numa escala incrível, introduzindo deformações profundas no socialismo.

Não tenho clareza definitiva sobre se o estado de burocratização a que chegaram estes países já configura ou não um capitalismo de estado e a camada dirigente como uma burguesia de estado. É preciso estudar mais esta questão para uma conclusão mais definitiva.

— A seu ver como este debate sobre o socialismo deveria andar dentro do PT?

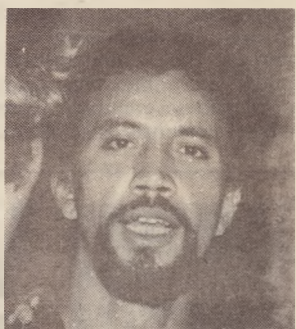
Genoino — Eu acho que ainda precisamos de muita discussão. Mas ressalvo novamente que o fundamental hoje é o PT se armar para enfrentar as questões imediatas. Só agora é que ela de fato se inicia. Por outro lado não posso ter certeza de qual resultado este debate terá dentro do partido daqui a um certo tempo. Mas temos que lutar sem escamotear nossas posições, temos que lutar para que o partido assuma definições corretas, pois como disse antes, falar de socialismo sem precisão é até perigoso em certa medida.

Por exemplo, é um risco real no PT que ele venha a se definir pela social democracia. Existe hoje uma visão dentro do partido que defende, por exemplo, a democratização do estado e da economia e não uma ruptura profunda e radical da ordem burguesa vigente. No plano mais imediato esta visão se manifesta também, por exemplo, no centrar força na acumulação de poder atomizadamente dentro da sociedade nos seus vários níveis e setores ao invés de focar a luta na derrubada do poder central que está na ditadura militar.

Há também dentro do PT muita consciência política espontânea que ainda vai ter que passar por um processo de maior amadurecimento. Mas esta consciência não se confunde com o espontaneísmo que é aquela posição — já aí perigosa — que teoriza sobre a espontaneidade como correta, desviando assim o combate do inimigo central e abrindo caminho para o reformismo colorido de socialista.

LUIZ ANTÔNIO

O socialismo requer a destruição do estado burguês



Luiz Antônio Carvalho, membro da Comissão Executiva do PT. Colaborador do jornal *Companheiro*.

— Como você avalia o significado da definição do PT pelo socialismo?

Luiz — Uma das características do PT é a ausência de uma uniformidade ideológica. Não é pré-requisito para a entrada no PT o posicionamento ideológico pelo socialismo, pelo comunismo ou qualquer coisa que o valha. Dentro do PT convivem setores cristãos que já colocam como objetivo de sua luta a necessidade de uma revolução social e outros que ainda não o fazem, comunistas organizados e desorganizados, sindicalistas que colocam a questão do socialismo, social-democratas etc.

O PT não tem uma uniformidade ideológica nem me parece que este deva ser o seu objetivo mais imediato. O objetivo mais imediato do partido é a unidade primeiro em torno da solidariedade às lutas que os trabalhadores vêm desenvolvendo, em cima de uma tática imediata de luta contra o regime militar em prol destas reivindicações, lutas estas que têm necessariamente um caráter anti-capitalista.

Mas me parece que o Lula foi extremamente feliz no seu discurso, que vem complementar o Manifesto e o Programa. A concepção de socialismo que o PT tem está hoje expressa nestes documentos fundamentalmente: o Manifesto, o Programa e o discurso do Lula na primeira convenção nacional.

— O que existe de novo no interior do movimento comunista internacional, com quem o PT deveria intensificar relações, e extrair lições para a realidade nossa?

Luiz — Para a definição do socialismo que queremos, acho que a gente estaria caminhan-

do mal se nos detivéssemos apenas em alguns exemplos como a Nicarágua, a Polônia etc. Me parece que o conjunto das revoluções socialistas ou dos processos de construção do socialismo existentes em muitos países são todos eles elementos e experiências importantes para uma formulação da idéia do socialismo que a gente quer ver realizado no país. O que a gente tem de examinar é realmente o que existe de comum em todas essas revoluções, o que a gente pode resgatar em cada uma delas etc. Por exemplo, no conjunto destes países, a história não mostrou nenhuma revolução social sem uma ruptura e destruição com o Estado burguês. Uma outra questão que a gente pode apreender nos processos revolucionários já acontecidos é a questão do partido, por um lado a sua importância, e, por outro, a originalidade com que esta questão se colocou em cada país.

O processo de construção do partido bolchevique não teve linearidade. O processo cubano muito menos, o processo revolucionário no Vietnã colocou a questão das frentes de libertação, o desenvolvimento da Liga dos Comunistas na Iugoslávia, o fenômeno da Frente Sandinista e o próprio desenvolvimento da luta de classes na Polônia mostram que a gente deve compreender esta questão da maneira a mais dinâmica possível, a mais aberta, aprendendo com a classe operária internacional nos seus caminhos e descaminhos.

— Como você coloca a questão do poder no socialismo?

Luiz — O próprio surgimento do PT, as próprias origens do PT, a prática que o PT

desenvolve dentro do movimento popular fornecem elementos para uma alteração no que diz respeito a relação futura entre o Estado socialista e os trabalhadores e o povo de uma maneira geral. O PT surge a partir das lutas sociais mais recentes, lutas essas que têm como uma forte característica o respeito às bases, a aversão ao populismo, ao aparelhismo, mudanças por cima, o respeito às entidades do movimento. A perseverar neste caminho, na

Na própria natureza do PT, já se pode antever em germe a questão da democracia no socialismo que queremos

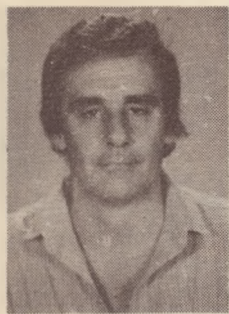
prática, o PT já está encaminhando proposta de socialismo diferente do socialismo soviético, ou seja, a questão da organização de base não se coloca apenas como uma forma utilizada para a tomada do poder, mas também como uma forma de gestão como uma forma de direcionamento concreto de determinada política econômica, de determinada política social, etc.

Noutro plano, na questão do partido único ou não, eu acho que a própria formação do PT, por ser o PT um partido sem uniformidade ideológica, é um pouco enfrentar esta questão: se a transição ao socialismo exige um partido revolucionário, nas maneiras de

pensar esta transição, podemos prever formas distintas de respostas aos problemas. O PT vem conseguindo na sua construção mostrar a possibilidade de diferentes visões convergirem para o mesmo ponto. A unidade de um Estado socialista não supõe necessariamente o esmagamento das visões distintas que se possa vir a ter sobre o processo de transição a colocar.

— Como você vê a tendência social democrata no PT?

Luiz — A idéia da auto-gestão parece ser a grande novidade aí. A Social Democracia parece ter resolvido integrar este conceito nas suas elaborações políticas mais recentes, idéia essa que muitos de seus elementos mais à esquerda consideram mesmo a ponta de lança da revolução no interior dos próprios partidos social democratas. A idéia pode ser confundida com a concepção comunista de controle operário. Mas, a concepção comunista do controle da produção faz passar a gestão da fábrica pela abolição da propriedade privada dos meios de produção: o proletariado assume o poder político, organizado para tanto econômica e politicamente nos seus conselhos e no seu partido. Para caminhar para o socialismo não basta dizer: bom, na União Soviética não existe uma democracia de base, nós propomos uma democracia de base. Uma nova proposta de socialismo, a proposta de socialismo que o PT venha a formular, deve se preocupar com a questão da democracia para o socialismo, mas não deixar de lado, a partir daí, o grande legado leninista: uma revolução passa necessariamente pela questão do poder político que tem de ser golpeado. Ou seja, pela necessidade de destruição do Estado burguês.



BRUNO:

Poder popular e democracia proletária

Bruno Maranhão é membro do Diretório Nacional do PT, da Comissão Executiva Regional de Pernambuco e diretor do jornal *O Povão*.

— Como você avalia a definição do PT pelo socialismo?

Bruno — Até agora a preocupação programática do PT esteve centrada na definição de uma plataforma de lutas, configurando assim uma unidade em torno de um partido de massas e de lutas. Lutas em cima das bandeiras do próprio movimento popular, que ele próprio definira em seu processo. O PT como expressão destes movimentos num nível mais elevado.

Num primeiro instante isto foi correto, está de acordo com o método de construção de um partido de baixo para cima, e podemos ainda dizer que esta tarefa continua a prioritária, ainda não se esgotou. Pois de nada adianta o PT falar do socialismo se hoje, concretamente, ele não empreende lutas que apontem efetivamente nesta direção. E o fato é que, passada agora a fase da legalização a nível nacional, ele ainda não está empreendendo devidamente estas lutas imediatas. Temos que atacar isto como prioridade.

Por isso é que o discurso de Lula na convenção nacional tem o grande mérito de captar esta característica do PT, toda esta questão preliminar que eu falava, da necessidade dos trabalhadores irem definindo, eles mesmos, o seu socialismo, e que está expressa na fórmula do "dia-a-dia das lutas". Isto é fundamental para que não passemos o carro na frente dos bois e não atropelemos o ritmo próprio do PT como partido de massas.

— Mas, respeitando o ritmo devido, o que você vê como essencial hoje para colocar neste debate?

Bruno — Apesar de todo este cuidado, é importante avançar a discussão desde já, sem querer no entanto fazer dela a prioridade do partido. E aí o fundamental é a questão do poder. Em primeiro lugar para agora nas eleições, não se confundir eventuais vitórias a cargos executivos com conquista real de

poder, dentro de uma visão ingênua de que o PT, os trabalhadores, iriam, passo a passo, pouco a pouco, conquistando o poder das bases até o centro nacional. As eleições, sem dúvida, são importantíssimas, mas as vitórias que aí alcançarmos são muito mais instrumentos para ampliação da luta popular, elementos auxiliares para ampliação do espaço

O PT vem surgindo fora da crise da IIIª Internacional: rejeita a política de alianças com a burguesia e opõe-se radicalmente ao autoritarismo.

de organização popular e não um primeiro passo numa estratégia gradualista de conquista do poder.

A construção de um poder alternativo, de um poder popular, é um outro processo e que se dá principalmente fora do quadro institucional. É total ilusão achar que os chamados "governos populares" que já tivemos na história do país e que muitos estão propondo agora para 82 sejam base real de poder popular no sentido que estou falando aqui e que é o que interessa ao PT — um poder do conjunto das forças exploradas nas suas várias camadas e setores. Estes "governos populares" foram e serão, nada mais do que propostas populistas, das quais o PT se diferencia radicalmente.

— Como você vê as demarcações do discurso do Lula, contra a social democracia e as experiências burocráticas?

Bruno — É fundamental o PT deixar claro que não tem nada a ver com a social democracia que, como bem disse Lula, não é outra coisa senão uma proposta de administração do capitalismo. Uma proposta que tão somente — e apenas na Europa — tem conseguido, e muito marginalmente, integrar parcelas populares ao poder burguês. É fundamental dizermos que não é isso que queremos.

Por outro lado é patente e inegável a deformação da III Internacional no rumo da burocratização. A democracia proletária como meta, perdeu-se nas suas experiências. E o poder popular que o processo do PT aponta, calcado no proletariado urbano e rural (e isto não é uma abstração no Brasil contemporâneo, basta ver a expressão proletária do campo que esteve presente das greves dos canaviais do Nordeste) tem como meta a democracia.

E aí é que está uma virtude do PT. Sua dinâmica de baixo para cima introduz um sentido democrático profundo no programa e na prática do PT muito maior do que as sugestões do socialismo real hoje existente.

Veja bem, a questão da autonomia dos movimentos populares frente aos partidos: aí está em germe um elemento precioso da democracia no socialismo do PT. Esta questão não poder ser subestimada na sua importância — basta ver o debate entre os bolcheviques sobre o direito de greve e a militarização dos sindicatos.

Por outro lado, o fato do PT ser dirigido por operários saídos da produção, no caso, por exemplo, Lula entre outros, tem um significado importante no aspecto ideológico na formulação de nosso programa, pela ruptura que introduz, já hoje, na divisão entre trabalho manual e intelectual e entre trabalhadores de um e outro tipo. Este fato, conjugado com a questão da autonomia dos movimentos popu-

lares produz um rico elemento de ideologização no partido e suas definições, trazendo de maneira muito pura e forte para o seu interior conteúdos do popular, da fábrica, do coletivo etc. Diferentemente portanto de um partido que nasce sob a direção de companheiros burgueses. Este conjunto de características implanta enfim uma dinâmica política, ideológica e teórica muito importante na conformação do programa do partido.

A questão da autonomia também faz com que, pelo lado do colamento do partido nos movimentos dos setores oprimidos, nossa moral (e a futura, no nosso socialismo) vá já se conformando como uma nova moral, o que é uma dimensão importante para a sociedade que queremos construir.

— Em quais experiências atuais de socialismo, a seu ver, o PT deveria se inspirar com mais atenção?

Bruno — Não vejo privilégios aí; mais do que isso, vejo que a experiência do próprio PT tem uma importância internacional (entre outras coisas pelo peso do nosso país) como contribuição para o processo de luta internacional dos trabalhadores.

O PT crescentemente vem se demarcando por fora da crise da III Internacional e da tradição stalinista. Uma crise que surgiu com a introdução no marxismo (nas lutas e nos socialismos reais) de dois elementos completamente contrários a esta doutrina: a política de alianças com a burguesia e o autoritarismo. É importante hoje estudar o que foi, por exemplo a política do stalinismo na IIª Guerra que sacrificou várias revoluções possíveis em nome das alianças com a burguesia.

O PT correndo desde o início por fora destes equívocos pode dar uma contribuição importante para a busca de uma alternativa em direção ao socialismo que reestabeleça a democracia proletária no seu significado verdadeiro.



VITO:

O socialismo não é só a expropriação da burguesia

Vito Letizia é militante do PT paulista e colaborador do jornal *O Trabalho*.

— O PT se definiu pelo socialismo. Como avalia esta definição?

Vito — Ao se definir pelo socialismo, o PT reafirma seu caráter de partido operário. Como é natural se considerarmos o estágio ainda embrionário desta discussão dentro do PT, esta definição se deu num nível muito geral. O debate deve prosseguir. O ponto de partida é positivo, de qualquer modo. De nossa parte, consideramos que não se pode falar em socialismo quando nos referimos a regimes dominados por uma burocracia que reprime os trabalhadores para defender seus próprios privilégios, que mantém a classe operária sob a mais dura exploração para garantir seus acordos com o imperialismo. É o que acontece em países como a União Soviética e a Polônia, onde existem Estados Operários, que surgiram de uma revolução, mas onde uma casta privilegiada submete os trabalhadores a seus interesses. O socialismo não se limita à expropriação da burguesia, mas exige que a própria classe operária esteja no poder, que esteja no comando de seu Estado, organizado na forma dos conselhos operários, os soviets, criados na Revolução Russa de 17, e que garantiram o regime mais democrático que a

humanidade já pôde conhecer. Neste sentido, a solidariedade com os trabalhadores poloneses é fundamental para o PT.

— Como vê a simpatia do PT à revolução nicaraguense?

Vito — A queda da ditadura de Somoza, na Nicarágua, foi uma vitória dos trabalhadores latino-americanos e de todo o mundo. Temos uma posição de defesa incondicional das conquistas da revolução nicaraguense. Também apoiamos todo passo progressivo de sua direção, a FSLN, na via da ruptura com a burguesia e o imperialismo. Mas não podemos deixar de criticar a FSLN, quando ela se coloca numa política de colaboração de classes, que ameaça as próprias conquistas da revolução.

No ano passado, Lula esteve em Manágua e, na volta, em entrevista, expressou seu apoio à revolução e a FSLN. Não sabemos se hoje diria as mesmas coisas que disse. Não sabemos se apóia um decreto que proíbe greves, por exemplo, ou um plano econômico nos moldes daquele que vem sendo proposto pela FSLN. O PT, de qualquer modo, jamais fez esta discussão de maneira a que pudesse chegar a uma posição mais acabada.

— Para você o PT é frente ou partido? É possível transformar o PT num partido revolucionário? Qual o papel do programa socialista?

Vito — Entendemos o PT como um partido, no sentido de que não deve ser uma federação ou frente de tendências prontas a defen-

"A queda da ditadura Somoza, na Nicarágua, foi uma vitória dos trabalhadores Latino-Americanos e de todo o mundo."

der seus quintais. Como partido de massas, o PT deve se manter aberto para a mais ampla discussão em seu interior, deve garantir a mais profunda democracia na discussão de todas as questões. Por outro lado, é necessário reconhecer que o PT é um partido em evolução. Nós não temos uma bola de cristal na qual se

posse ver seu futuro. Até onde vai evoluir? Esta evolução vai ser paralisada um dia? Quando? De que forma? De nossa parte, mobilizamos o melhor de nossos esforços no sentido de que o PT revolva para se afirmar como um partido de classe, comprometido com a luta dos trabalhadores. É nesta via que se pode lutar, hoje, pela construção de um partido revolucionário. É evidente que a discussão sobre o programa tem sua importância. Um partido sem programa é como um homem sem cabeça — pode ser manipulado em qualquer direção, para qualquer objetivo. Somos favoráveis a que o PT tenha o programa mais claro possível. Mas consideramos que a intervenção concreta na luta de classes é mais decisiva, mais importante. Por exemplo: no ano que vem, vamos discutir a nossa participação nas eleições de 82. E existe o debate sobre coligações. E o PT não deve fazer coligações em nenhum nível, mesmo sob o melhor dos programas. Pensando no PT, na sua definição mais positiva, na sua evolução como partido operário, esta postura frente as eleições e aos demais acontecimentos da luta de classes é bem mais decisiva do que a elaboração de qualquer programa.

A história das idéias socialistas no Brasil

Data da Revolução Praieira de 1848 a emergência das idéias socialistas no Brasil que passaram por toda sorte de perseguição e difamação e hoje ressurgem com força no movimento operário pelo PT

A constatação mais imediata que podemos fazer sobre a presença da idéia socialista na história do Brasil é que ela é pálida e disforme. Condenada a viver nas sombras, como maligna criatura, deturpada em sua autentica dimensão, a idéia socialista no Brasil é hoje fonte de quívoco e erro, desconhecida, maltratada, caluniada. A incidência da sociedade civil, a recorrência de regime autoritários que impedem a livre circulação de idéias e proíbem a livre organização partidária, tudo isso é fonte desta situação.

A idéia socialista no Brasil nasce com a revolução praieira (1848). Influenciada pelas idéias do socialismo utópico que agitaram a Europa na revolução de junho de 1848 que foi, segundo Marx, a primeira grande batalha entre a burguesia e o proletariado.

Os ecos do massacre aos operários franceses chegam até o Recife e foram decisivos na superação do liberalismo por parte de homens como Antônio Pedro de Figueiredo, Abreu e Lima e Borges da Fonseca, pioneiros das idéias socialistas no Brasil.

As idéias marxistas chegam ao Brasil através de Tobias Barreto, no famoso **Discurso em Mangas de Camisa de 1877**. A menção feita a Marx no discurso (cita o livro **Misérias da Filosofia**) é, sobretudo, a manifestação da germanofilia de Tobias Barreto que, absolutamente, não pode ser considerado marxista já que, concretamente, por exemplo, era favorável ao instituto da escravidão.

Euclides da Cunha é outro pioneiro do marxismo no Brasil. é inegável a postura progressiva de Euclides da Cunha. Entretanto, seu marxismo vinha em meio a uma confusão de evolucionismo Spenciano e



positivismo. Esse ecletismo, não impediu o avanço político de Euclides que, em 1902 funda, em São José do Rio Pardo (SP) o **Clube Internacional Filhos - do - Trabalho** com a finalidade de divulgar o marxismo.

O terceiro grande pioneiro do marxismo no Brasil é o médico sergipano Silvério Fontes que transita do positivo ao marxismo, caminho que seria palmilhado inúmeras vezes no Brasil por vários militantes.

Marcará profundamente a evolução do socialismo no Brasil a idéia anarquista. Trazido ao Brasil pelos imigrantes italianos e espanhóis, o anarquismo será a grande influência política entre militantes como o jovem Astrogildo Pereira, o notável Lima Barreto, Edgar Leuenroth, Everaldo Dias, o jovem Otávio Brandão, entre outros. Neste ponto, vale a pena registrar que os grandes componentes do

processo de formação do pensamento socialista no Brasil foram o positivismo e o anarquismo. A partir daí, é possível vários dos desvios e descaminhos que o pensamento socialista sofreu no Brasil.

A organização partidária socialista tem sua primeira experiência no Brasil em 1889, com a publicação do primeiro manifesto socialista, que teria uma segunda redação do primeiro manifesto socialista, que teria uma segunda redação em 1895, tendo sua redação final sido publicada em 1902. O primeiro congresso socialista brasileiro, foi instalado no Rio de Janeiro a 1º de agosto de 1892, sob a presidência de Luiz França e Silva, líder operário de considerável influência à época. O dia do trabalho foi comemorado pela primeira vez no Brasil em 1895, por iniciativa dos socialistas de Santos, sendo estas a origem do Partido Socialista Operário, também de curta vida.

Em 1902, realizado o II Congresso Socialista Brasileiro, em São Paulo, foram aprovados estatutos e programa do novo partido socialista que também teve vida curta.

Á influência do positivismo e do anarquismo veio se juntar um novo elemento para comprometer ainda mais a luta socialista no Brasil: o estalinismo. Escola de formação e empobrecimento do socialismo, o stalinismo contribuiu decisivamente por ops sucessivos revezes da luta socialista ao pregar a aliança com o populismo varguista e posteriormente com a burguesia liberal.

Em 1945, surge novo PS no Brasil. Tal partido tinha como característica central o fato de ter em seus quadros intelectuais brasileiros como Antônio Cândido, Florestan Fernandes e uma estreitíssima base

popular. A atuação do PDS entre 1945 e 196 foi marcada por agudo dilema, contando com quadro reduzido, tinha como raiz de sua debilidade política a sua própria indefinição quanto ao que queria alcançar, resvalando para posição social-democratas na medida em que não conseguiu fazer uma crítica consequente à deformação burocrática de que padeciam e padecem o PCs oficiais.

O regime pós - 64 prescreveu a idéia socialista, tendo toda uma infame propaganda a torpedeá-la. O fracionamento da esquerda iniciado no início dos anos 60 vai ser intensificado nos anos 67, 68 e 69. Este processo de rápido e profundo fracionamento levou ao isolamento e inconsequência política já conhecidos.

Com o fracasso da implantação do projeto social-democrata do PDT, é o PT que, assentado na força das lideranças do movimento operário insurgente, retorna em um novo contexto a velha tradição do programa socialista. Agora, não mais apenas como reduto isolado de circuito operários, não mais como fruto da resistência de intelectuais não corrompidos, mas como bandeira de um partido de trabalhador de massa. (Baseado em 220 Socialismo no Brasil, notas para uma pesquisa em andamento de João Antonio de Paula").

Ao fechar as últimas linhas deste jornal, recebemos um telefonema do companheiro Apolônio de Carvalho avisando que, por motivos particulares, a sua entrevista que aparece na página 7 desta edição não expressa de forma adequada e inteira o seu pensamento. Impossibilitados, por motivos gráficos, de suspender a publicação da entrevista àquela altura nos comprometemos, em concordância com Apolônio, a trazer nas páginas da próxima edição uma nova entrevista sua sobre o tema.

Um povo em rebelião permanente

"A terra evapora tumultos, a água exala motins", dizia o Conde de Assumar refletindo a insubmissão do povo à opressão e confirmação uma versão da história que nada tem a ver com a propalada índole pacífica do povo brasileiro.

"O Brasil é uma criação de insurgentes. O espírito revolucionário modelou este país. Esse espírito libertário, que presidiu o nascimento desta nação e guiou a sua formação e lhe comunicou um indomável vocação emancipacionista, encontrou o seu momento de mais íntima e efervescência na época de João Francisco Lisboa. A força ciclônica das liberdades reprimidas varreu o seu tempo, nmos estremecimentos da rebeldia popular. Seu tempo foi, sobretudo, a Era do Povo: do povo em armas.

A irrompente tempestade vinha se formando desde longa data (...)

Em verdade, começou pouco depois da Descoberta, com as guerras índias, os levantes indígenas que têm o seu paradigma na Confederação dos Cariris - a Guerra dos Bárbaros - em 1687, quando os janduíns resistem às arremetidas dos usurpadores de terras. Prolongou-se até 1.700. Foi o maior dos levantes indígenas que o Brasil conheceu. (...)

Quando um pouco encontramos uma das cabeceiras desse tumultuoso rio da liberdade em 1630: Palmares. Outra sua nascente: 1645, a rebelião pernambucana contra os holandeses.

Depois, 1660: no Rio, o levante popular de Barbalho; e, no ano seguinte, 1661: a expulsão de Vieira, do Maranhão.

Na paisagem cinza da colônia, as manchas vermelhas vão aumentando crescendo os rubros da rebeldia. Em São Paulo, em 1690, eclodem os motins da Moeda. Em 1708 a primeira guerra civil: Emboabas. Em 1710, os Mascates. Acelera-se, então, o ritmo: 1711, o motim do Maneta; em 1715, levante de negros na Bahia; em 1719, outro levante de negros em Minas; em 1720, Felipe dos Santos amotina-se em Minas e, em São Paulo, os negros se sublevam. Em 1724 e 1725, novos levantes negros em Minas. No ano em que Felipe dos Santos lança a revolta preliminar da Inconfidência, sob o comando do negro Argôins, os escravos se levantam em Minas numa rebelião eminentemente política, pois exigia a adoção de uma Constituição.

Em 1727, a insurreição índia de Ajuricaba, na Amazônia. Em 1728, a revolta do Têrço, na Bahia, contra o Conde de Sabugosa. Nos anos de 1730 a insurreição popular nos Campos Goitacazes contra os Asseclas. E em 1723 e 35,

novos levantes negros em Minas. Em 1750, a epopéia índia de Sapê Tiraju, na região missioneira do Rio Grande do Sul, de onde surge um herói e um santo. No ano seguinte, levantes negros na Paraíba e no Rio das Mortes. Em 1756, novo levante negro em Minas (...)

Em 1789, a Inconfidência Mineira e novo levante negro em Minas. 1798, uma grande data: a revolução dos Alfaiates, na Bahia. O ritmo libertário ganha novos impulsos. 1800, levante negro na Bahia; 1807, a Conspiração Suassuna, em Pernambuco, já em plena consciência emancipacionista. 1815, movimento negro em Alagoas. 1821, insurgem-se os escravos em Minas e, na Bahia, dois anos depois, eis a Insurreição dos Pardos. Quatro anos antes, em 1817, a grande Revolução de 6 de março, com seus mártires gigantes: padre João Pessoa, padre Roma, padre Miguelinho. E em 1824, novamente Pernambuco: a Confederação do Equador e a figura extraordinária de Frei Caneca. Um ano antes, a revolta negra a bordo de um tumbeiro, nas águas da Bahia; Em 1829, a República dos

Afogados, em Pernambuco. Em 1831, a Setembro do Maranhão: é quando aparece, pela primeira vez, em ação rebelde, João Francisco Lisboa (...)

As palavras do Conde de Assumar sobre Minas Gerais: "A terra evapora tumultos; a água exala motins, distilam liberdades os campos; o clima à tumba da paz e berço da rebelião.", podem ser aplicados a todo o país. No Pará, estendendo-se à Amazônia, irrompe, em 1834, a Cabanagem. Em 1835, no Rio Grande do Sul, estoura a Revolução Farrou-pilha, e, na Bahia, a grande insurreição negra dos Malês. Em 1836, levantes negros no Recife e em Sergipe. Em 1837, a Sabinada na Bahia. Em 1838, a Balaiada, no Maranhão. Nesse ano, levantam-se os negros fluminenses. A sedição de Vassouras. Em 1839 proclama-se a República Catarinense. Em 1842, São Paulo e Minas sublevam-se. Ao ciclo rebelião-nário negro pertence o levante dos Queimados, no Espírito Santo. No sul, o dr. Mure funda um falanstério: a sua colônia socialista. Em 1848 irrompe a Praieira..." (Franklin de Oliveira em **Os Brasileiros**)

Marx, Engels, Lênin e Trotski

O que querem

Desde a sua fundação, o EM TEMPO mantém correspondência regular com as figuras mais ilustres do socialismo revolucionário. Nessa edição especial sobre o tema "O PT e o socialismo" elas não poderiam deixar de ser ouvidas, por duas razões principais: em primeiro lugar, porque ninguém estudou tanto o assunto como elas; em segundo, porque todos, sem exceção, vêem o PT com a maior simpatia e inclusive como o maior otimismo: como a possibilidade da realização de velhos sonhos seus e da classe operária mundial.

Quando fizemos o convite para que participassem de uma mesa-redonda com a nossa equipe de redação, dispuseram-se imediatamente, apesar das distâncias geográficas. Karl Marx e Friedrich Engels não tiveram nenhum problema com a corte de sua Majestade para sair da velha Inglaterra. Chegaram bem e na hora marcada.

Vladimir Ilich Lênin, que há anos observa os movimentos da burocracia soviética preso por Stalin dentro do seu mausoléu, achou melhor sair de Moscou clandestinamente, com a ajuda de seus amigos da oposição soviética. Sua larga experiência de organização contribuiu para o êxito da operação. Lênin também chegou à hora marcada, embora visivelmente mal-humorado.

Já o infeliz Trotski, mil e uma vezes dissidente, saiu do México sem problemas, mas foi imediatamente detido no aeroporto do Galeão pela polícia brasileira. Um porta-voz do Palácio do Planalto explicou que os computadores do aeroporto acusaram a presença de elemento altamente perigoso à segurança nacional. Foi necessária a interferência do CBA (Comitê Brasileiro de Anistia) para que as autoridades brasileiras autorizassem sua vinda até São Paulo. De qualquer modo lhe foi dito expressamente que abandonasse o país em 24 horas. Por causa do incidente, Trotski chegou atrasado em nossa redação porém ainda a tempo de ser bem aproveitado.

Do que eles disseram é necessário apenas esclarecer que nossos clássicos usam as palavras comunismo e socialismo como sinônimos, conforme o gosto. E para os leitores incrédulos quanto à nossa façanha de entrevistá-los avisamos que todas as afirmações aqui contidas podem ser confrontadas textualmente nas seguintes obras: *Manifesto do Partido Comunista e Ideologia Alemã* (Marx e Engels); *Anti-Dühring* (Engels); *Fundamentos da Crítica da Economia Política* (Marx); *O Estado e a Revolução*, (Lênin); *Literatura e Revolução, Os Crimes de Stálin, Classe, Partido e Direção, Por que Stálin Venceu a Oposição* (Trotski).

— Como podemos resumir a proposta básica dos comunistas?

Engels: Podemos resumir nossa teoria nesta fórmula única: abolição da propriedade privada.

— **Marx:** Sobre isto, há uma coisa que eu quero esclarecer. Os burgueses censuram a nós, comunistas, por queremos abolir a propriedade que seria fruto do trabalho do indivíduo, do mérito pessoal. Dizem que esta propriedade é a base de toda a liberdade, de toda a independência individual. No entanto, na sociedade burguesa, capitalista, a propriedade privada já está abolida para 90% da população.

O pequeno-burguês, o pequeno camponês, dizem, ainda têm este tipo de propriedade. É preciso esclarecer que não somos nós que queremos abolir a propriedade deles: é o progresso da indústria que a aboliu e continua a abolir diariamente.

Muito menos o trabalhador assalariado consegue criar alguma propriedade para si pelo seu trabalho. Ele cria é o capital, isto é, a propriedade que explora o trabalho assalariado e que só pode aumentar sob a condição de produzir um novo trabalho assalariado, a fim de explorá-lo novamente.

Enfim: é exatamente porque não existe para 90% da população que a propriedade privada existe para os burgueses. Assim, o que queremos suprimir é o poder que os detentores do capital têm de escravizar o trabalho dos outros.

— Vocês podem explicar como isto pode ser conseguido?

Engels: Na verdade, nosso maior aliado neste processo de transformação é o próprio capitalismo. Ao transformar cada vez mais a grande maioria da população em proletários, o modo de produção capitalista criou a força que está obrigada a fazer esta transformação, se não quiser perecer.

O negócio é o seguinte: o proletariado se apodera do poder de Estado e transforma os meios de produção, em primeiro lugar, em propriedade do Estado. É claro que ao fazer isto ele suprime todas as diferenças de classe, e oposições entre classes, se suprime a si mesmo enquanto

proletariado, e igualmente suprime o Estado enquanto Estado.

— Não está muito clara esta afirmação. Por que você fala em supressão do Estado?

Engels: A sociedade anterior, evoluindo nas oposições de classe, tinha necessidade do Estado, isto é, em cada caso, de uma organização da classe exploradora para manter suas condições gerais de produção.

O Estado sempre foi o representante oficial de toda a sociedade, sua síntese em um corpo visível; mas isto só na medida em que era o Estado da classe que, por sua vez, representava ela própria toda a sociedade: na antiguidade, os proprietários de escravos; na Idade Média, a nobreza feudal; na nossa época, a burguesia.

Quando chegar a ser o representante de toda a sociedade, o Estado se tornará supérfluo. Quando não houver mais uma classe social que deva ser mantida na opressão, não há mais necessidade de um poder de repressão.

— Vamos por partes. Em primeiro lugar, como ficaria a economia, a produção, no comunismo?

Engels: Com a tomada de posse dos meios de produção pela sociedade, a produção mercantil é eliminada, e por conseguinte, a dominação do produto sobre o produtor. A anarquia no interior da produção social é substituída pela organização planificada, consciente.

As condições de vida que cercam o homem e que até aqui o dominam, fica agora sob o domínio e sob o controle dos homens, que pela primeira vez se tornam os senhores reais e conscientes da natureza, por serem, e na medida em que são, senhores da sua própria vida em sociedade.

— Você pode esclarecer alguma coisa mais sobre o significado da coletivização dos meios de produção e a planificação consciente?

Engels: Claro! Poderia falar muita coisa ainda!

Até agora, as leis da sua própria prática social se erguem diante dos homens como

leis naturais, estranhas e dominadoras. A partir do socialismo, serão leis aplicadas pelos homens em plena consciência de causa, e portanto dominadas. Até agora, a vida em sociedade dos homens se ergue diante deles como outorgada pela natureza e a história. Ela se tornará um ato próprio e livre dos homens.

É só a partir deste momento que os homens poderão fazer a sua história em plena consciência; é só a partir deste momento que as causas sociais colocadas por eles em movimento terão também de um modo preponderante, e numa medida crescente, os efeitos desejados por eles. Este será o salto do reino da necessidade para o reino da liberdade.

— Gostaríamos de saber mais sobre como se daria a supressão do Estado.

Lênin: Será preciso uma revolução e um período de transição política. O Estado neste período de transição é o que estes dois aqui (aponta Marx e Engels) chamaram de "ditadura revolucionária do proletariado".

Falo de uma revolução e de um período de transição porque primeiro é necessário destruir o Estado da burguesia e substituí-lo por um Estado proletário. Isto exige uma revolução violenta. Depois, o Estado proletário (na verdade, um meio Estado) vai se extinguindo.

— **Marx:** Para deixar mais claro: entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista há um período de transformação revolucionária daquela nesta. A isto corresponde um período de transição política que só pode ser uma ditadura revolucionária do proletariado.

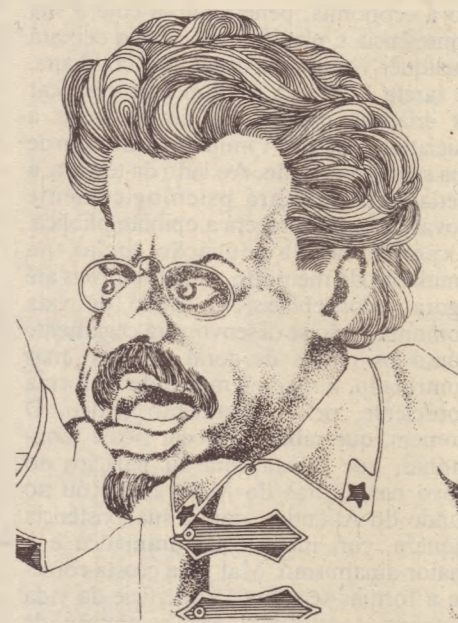
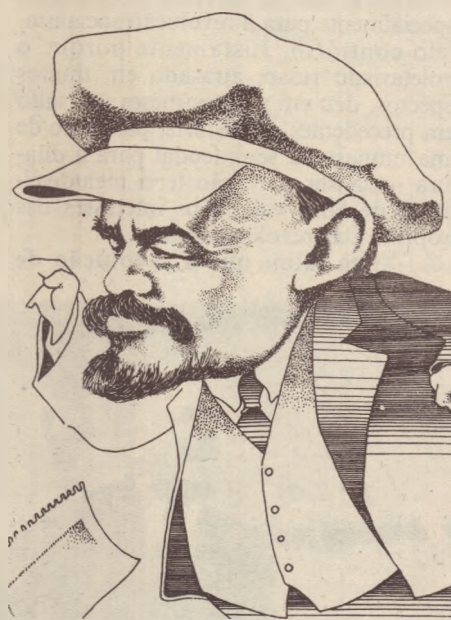
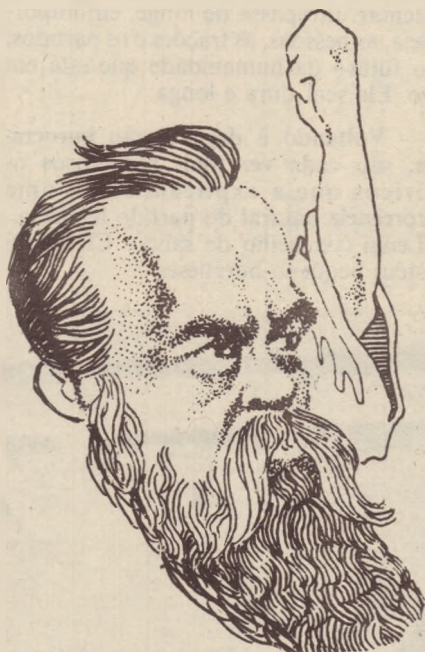
— Vocês insistem muito nisso. Por outro lado, os social-democratas, há muito tempo, e os eurocomunistas, há menos tempo, já retiraram dos seus programas esta expressão. Eles agora falam apenas em ampliar a democracia. O que vocês pensam disto?

Lênin: Ora, a ditadura do proletariado não pode se limitar a uma simples ampliação da democracia. Simultaneamente a uma ampliação considerável da democracia, que se torna pela primeira vez democracia para os pobres, para o povo e



em entrevista exclusiva:

OS COMUNISTAS?



não para os ricos, a ditadura do proletariado implica uma série de restrições à liberdade para os opressores, os exploradores, os capitalistas. E é evidente que onde existe repressão, existe violência. Não há liberdade, não há democracia.

— **Marx:** Fred, se não me engano você se expressou admiravelmente bem sobre isto numa carta a Bebel. O que você dizia mesmo?

— **Engels:** Lênin já disse tudo. Enquanto o proletariado ainda necessita do Estado não é para a liberdade, mas para organizar a repressão sobre os seus adversários. O dia em que se tornar possível falar de liberdade, o Estado cessa de existir enquanto tal. O Estado se extingue.

— **Lênin:** No período de transição entre o capitalismo e o comunismo, a repressão ainda é necessária para quebrar a resistência dos exploradores. Mas é preciso ver também que a repressão exercida pela maioria dos escravos assalariados de ontem contra uma minoria de exploradores é uma coisa tão fácil, tão simples e tão natural, que ela custará muito menos sangue que a repressão das revoltas de escravos, de servos e operários assalariados. A necessidade de uma máquina especial de repressão começa a desaparecer. O povo pode abater os exploradores pela simples organização das massas armadas. A expressão de Engels "o Estado se extingue" é muito feliz porque ela exprime ao mesmo tempo a graduação do processo e sua espontaneidade.

— **Quer dizer então que só a partir do momento em que o Estado se extingue, é que podemos falar de "sociedade comunista"?**

Lênin: Exatamente. Só o comunismo torna o Estado absolutamente supérfluo porque aí já não haverá nenhuma classe social a ser eliminada. Não haverá mais luta sistemática contra uma parcela determinada da população.

— **Não existirá mais nenhuma forma de repressão?**

— **Lênin:** Não somos utopistas e não negamos que excessos individualistas

sejam possíveis. Não negamos tampouco que seja necessário reprimir esses excessos. Mas para isso não será preciso nenhuma máquina especial, nenhum aparelho especial de repressão; o povo armado se encarregará de resolver tais excessos com a mesma facilidade de um grupo qualquer de pessoas civilizadas, mesmo na sociedade atual, separa pessoas que estão brigando ou impede que alguém maltrate uma mulher. Além do mais sabemos que a causa social profunda dos excessos que constituem uma violação das regras da vida em sociedade é a exploração das massas presas às necessidades elementares, à miséria. Uma vez eliminada tal causa, os excessos começarão infalivelmente a se "extinguir". E com eles, o Estado também se extingue.

— **Marx:** Aí tem início a sociedade comunista, porém ainda não desenvolvida sobre as bases próprias da sociedade comunista. Ao contrário. É ainda uma sociedade tal qual acaba de sair da sociedade capitalista. Uma sociedade que ainda contém os estigmas da sociedade que lhe deu origem.

— **Lênin (dirigindo-se a Marx):** É o que você chamou de fase inferior ou primeira fase da sociedade comunista, certo? Nela os meios de produção não são mais propriedade privada dos indivíduos, eles pertencem à sociedade como um todo. Cada membro dela, executando uma certa parte do trabalho socialmente necessário, recebe da sociedade um certificado constatando a quantidade de trabalho que lhe forneceu. Com esse certificado ele recebe nas lojas públicas de objetos de consumo uma quantidade correspondente de produtos. Conseqüentemente, subtraindo-se a quantidade de trabalho que reverte para o fundo social, cada qual recebe da sociedade o mesmo que deu a ela.

— **Marx:** Reparem uma coisa interessante que Lênin acaba de falar. Pelo critério da igualdade de trabalho, um recebe portanto efetivamente mais do que o outro, um é mais rico do que o outro etc. E esses defeitos e inconvenientes são

inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista. Para evitar esses inconvenientes o direito deveria ser não igual, mas desigual. Mas o direito não pode jamais ser mais desenvolvido do que a base econômica e o grau de civilização que lhe corresponde.

— **Lênin:** Pensar que depois de haver revertido o capitalismo os homens aprendem de imediato a trabalhar para a sociedade sem normas jurídicas de espécie alguma seria cair na utopia. Vemos assim que o Estado se extingue na medida em que não existem mais capitalistas, mais classes sociais. Mas ainda não se extingue inteiramente porque subsiste a necessidade de proteger a propriedade comum dos meios de produção e a igualdade do trabalho. Para que o Estado se extinga completamente é necessário o surgimento do comunismo integral.

— **Marx:** Na fase superior da sociedade comunista quando desaparecer a subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho e com ela a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for apenas um meio de subsistência, mas a primeira necessidade vital; quando, com o múltiplo desenvolvimento dos indivíduos, as forças produtivas crescerem significativamente e toda as fontes da riqueza coletiva jorrarem com abundância, somente então a sociedade poderá escrever sobre suas bandeiras: de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!

— **Aí então não existirão nem as classes sociais, nem o Estado e nem vestígios do direito burguês e nem a divisão do trabalho. O que é uma sociedade onde se aboliu a divisão do trabalho?**

Engels: Enquanto persiste a divisão do trabalho, cada um tem uma esfera exclusiva e determinada que lhe é imposta e da qual não pode escapar. É caçador, pescador, pastor ou crítico e tem de continuar sendo se não quiser perder seus meios de sobrevivência. Na sociedade comunista, ao contrário, onde cada um não tem uma esfera de atividade exclusiva, mas pode se aperfeiçoar no ramo que

mais lhe der prazer, a sociedade regula a produção geral, o que cria para mim a possibilidade de fazer hoje tal coisa, amanhã outra, de caçar pela manhã, pescar depois do almoço, pastorear à tardinha, fazer a crítica depois do jantar, segundo meu bel prazer, sem jamais me tornar caçador, pescador ou crítico. A fixação da atividade social, a petrificação de nosso próprio produto numa potência objetiva que nos domina, escapando ao nosso controle, contrariando nossos desejos, reduzindo a nada nossos cálculos, é uma das características essenciais do desenvolvimento histórico até nossos dias.

— **Mas da maneira pela qual vocês descrevem a vida na sociedade comunista integral fica até difícil de imaginar porque alguém numa sociedade como esta teria vontade de trabalhar... porque ela não seria o ócio permanente?**

Marx: "Trabalharás com o suor do teu rosto!", foi a maldição que Jeová lançou a Adão. E assim, o trabalho passou a ser encarado com maldição e o repouso como sendo o estado adequado, como sendo idêntico à liberdade. Que o indivíduo em seu "estado normal" de saúde, vigor, atividade, habilidade, destreza, tenha também a necessidade de sua porção de trabalho e de supressão do repouso parece estar muito longe de nossos pensamentos! Mas há uma razão para isso. Até agora as formas históricas concretas de trabalho — como trabalho escravo, servil, assalariado — de fato se apresentam como algo repulsivo, se apresentam como trabalho forçado, imposto de fora, diante do qual o não-trabalho aparece como sorte e liberdade... No entanto, os trabalhos realmente livres, como por exemplo a composição musical, são incrivelmente sérios e exigem o mais intenso dos esforços. Numa sociedade comunista integral esse tipo de trabalho tenderia certamente a se generalizar.

(Nesse momento, somos interrompidos pela chegada de Trotski que explica as

“O socialismo é inconcebível sem a atividade espontânea das massas e livre expressão da personalidade humana”

incriáveis razões de seu atraso).

— **Trotsky**, quando você chegou já estávamos falando da etapa superior da sociedade comunista. Já íamos perguntar se a vida no comunismo futuro não será muito monótona, já que praticamente todas as contradições serão resolvidas. Você teria algo a dizer sobre isso?

Trotsky: Claro que a vida do futuro não será monótona! O homem, nacionalizando a economia, penetrando-a com a sua consciência e planejando-a, não deixará qualquer vestígio da atual vida cotidiana. A tarefa cansativa de alimentar e educar as crianças passará da família para a iniciativa pública. A mulher sairá enfim de sua semi-escravidão. Ao lado da técnica, a pedagogia formará psicologicamente novas gerações e regerá a opinião pública. Experiências de educação social, na emulação de métodos, atingirão níveis até agora inconcebíveis. O modo de vida comunista não se desenvolverá cegamente como os recifes de coral no mar, mas controlado, dirigido e ratificado de forma consciente, pelo pensamento crítico. O homem, que saberá deslocar rios e montanhas, que saberá contruir palácios do povo nas alturas do Mont Blanc ou no fundo do Atlântico, dará à sua existência riqueza, cor, intensidade dramática e o maior dinamismo. Mal uma crosta comece a formar-se sobre a superfície da vida humana e estourará sob a pressão de novas invenções e realizações. Repito: a vida do futuro não será monótona.

O homem enfim começará a harmonizar seriamente o seu próprio ser. Tentará obter maior precisão, discernimento, economia e por conseguinte beleza nos movimentos de seu próprio corpo, no trabalho, no andar, no divertimento. Tentará dominar os processos semiconscientes e inconscientes de seu próprio organismo: a respiração, a circulação do sangue, a digestão, a reprodução. E, apenas nos limites inevitáveis desejará subordiná-los à razão e a vontade. Todas as artes — a literatura, o teatro, a pintura e a escultura, a música etc — darão a esse processo uma forma sublime. O homem tornar-se-á incomparavelmente mais forte, sábio, bonito e sutil.

— **Pois bem. Até aqui falou-se muito bem do que o socialismo deve ser. Mas o que se denomina hoje de “mundo socialista” tem muito pouco de tudo isso. A pergunta é: o que a URSS e a China nos apresentam hoje é socialismo?**

Trotsky: O socialismo é inconcebível sem a atividade espontânea das massas e a livre expressão da personalidade humana.

— **Bem, mas você que se considera representante da continuidade da teoria revolucionária em contraposição a Stalin, perdeu o poder, enquanto Stalin notadamente incapaz como teórico, triunfou. Como se explica isso?**

Trotsky: Esta objeção que se apresenta espontaneamente ao espírito, só é convincente para aquele que, aplicando à política o pensamento racionalista, não vê nela mais do que um debate lógico ou uma partida de xadrez. Mas, no fundo, a luta política é a dos interesses e das forças.

Não a dos argumentos. As qualidades dos que dirigem não são indiferentes para o resultado dos contatos, mas não são o fator único e decisivo.

— **Marx**: Em meu 18 Brumário, por exemplo, eu mostro como a luta de classes criou na França as circunstâncias e as condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco, o Luis Bonaparte, representar o papel de herói.

— **Sim, mas nesse caso não se tratava de uma revolução proletária. Como se explica que a luta de classes que resulta na vitória dos trabalhadores degenera até ao ponto de negar os princípios básicos do socialismo?**

Trotsky: O caráter proletário da revolução de outubro resultou da situação mundial e de certa correlação interna de forças. Mas as próprias classes que haviam se formado na Rússia, no interior da barbárie tsarista e de um capitalismo atrasado, não se haviam preparado especialmente para a revolução socialista. Pelo contrário. Justamente porque o proletariado russo, atrasado em muitos aspectos, deu em poucos meses um salto sem precedentes na história, passando de uma monarquia semi-feudal para a ditadura socialista, a reação teria ineludivelmente de fazer valer seus interesses nas próprias filas revolucionárias.

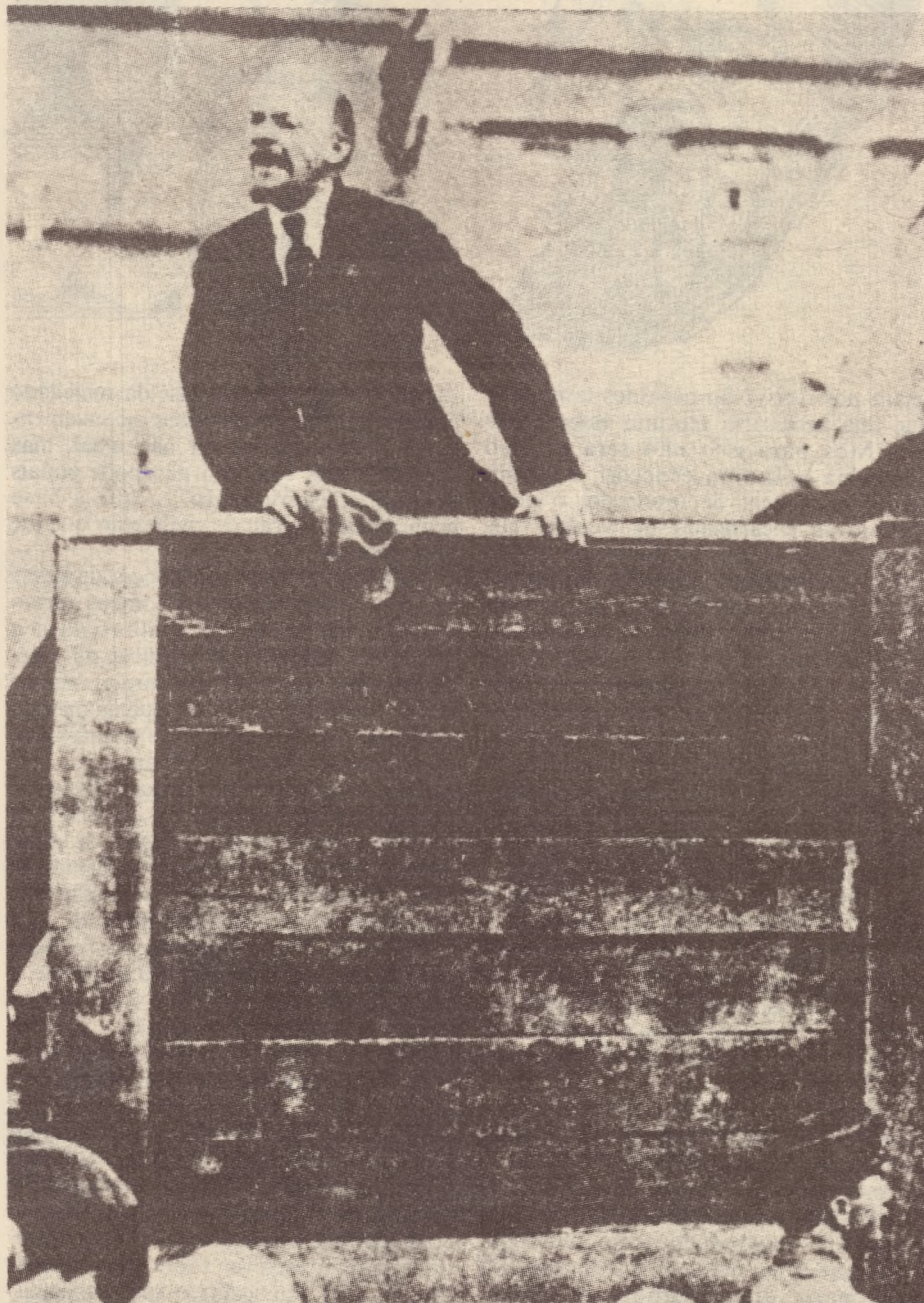
— **Você falou que a revolução de**

socialista, algumas vozes chegaram a dizer que se tratava de um erro, pois o partido seria confundido com o sistema burocrático. Não teria sido mais correto evitar o nome socialista deixando-o para os stalinistas e os social-democratas?

Trotsky: Nem pensar em abandonar a bandeira socialista nas mãos dos falsários! Se nossa geração se mostrar suficientemente fraca para construir o socialismo na terra, pelo menos deixemos para nossos filhos uma bandeira sem mancha. A luta a sustentar ultrapassa de longe, em importância, as pessoas, as frações e os partidos. É o futuro da humanidade que está em jogo. Ela será dura e longa.

— **Voltando à degeneração burocrática, são cada vez mais numerosos os teóricos que a explicam como uma decorrência natural do partido leninista.**

Lenin (vermelho de raiva): Claro! Os filisteus pequeno-burgueses!



outubro resultou da situação mundial. Até que ponto os fatores internacionais contribuíram para o processo de degeneração da revolução?

Trotsky: É um fato absolutamente indiscutível e de grande importância que a burocracia soviética se tornou cada vez mais poderosa na medida em que a classe operária mundial recebia os mais duros golpes. As derrotas dos movimentos revolucionários na Europa e na Ásia foram pouco a pouco minando a confiança dos operários soviéticos em seu aliado internacional.

— **Quando o PT no Brasil se declarou**

Trotsky: São dignos de pena os teóricos que tomam a casca pelo caroço e a aparência pela realidade. Identificando o stalinismo com o bolchevismo, prestam um grande favor aos termidorianos e, por isso, representam um papel manifestamente reacionário. O erro desse raciocínio começa com a identificação tácita do bolchevismo com a Revolução de Outubro e com a União Soviética. Entretanto, o bolchevismo é apenas uma corrente política, apesar de estreitamente ligado à classe operária, não é idêntico a ela. Na URSS, além da classe operária, existiam 100 milhões de camponeses de diversas

nacionalidades; uma herança de opressão, de miséria e de ignorância. Representar o processo de degeneração do Estado Soviético como a evolução do bolchevismo puro é ignorar a realidade social, pois leva em consideração apenas um de seus elementos, isolando-o de modo puramente lógico.

— **Aceitando essa explicação, permanece o entanto uma dúvida: o PC da URSS se degenerou por razões que o superam amplamente. Mas como seu tipo de direção ainda se mantém, não apenas na URSS mas inclusive nos países capitalistas avançados?**

Trotsky: Na realidade, a direção, de nenhum modo, é um simples reflexo de uma classe ou o produto de sua livre criação. Forja-se a direção no processo dos choques entre diferentes classes e das fricções entre as diferentes camadas dentro de determinada classe. Uma vez assumido seu papel, a direção invariavelmente se eleva acima de sua classe, com o que fica predispota a sofrer pressões e influências de outras classes. O proletariado pode “tolerar” por longo tempo uma direção que tenha sofrido um processo de completa degeneração interna, contanto que ela não tenha tido a oportunidade de evidenciar essa degeneração diante dos grandes acontecimentos. É necessário um grande abalo histórico para que apareça a aguda contradição entre a direção e a classe. Os abalos históricos mais poderosos são as guerras e as revoluções. Precisamente por esse motivo é que, com frequência, a classe operária é pega desprevenida pela guerra e pela revolução. Mas mesmo nos casos em que a velha direção tenha revelado sua corrupção interna a classe não pode improvisar imediatamente uma nova direção, se não herdou do período anterior sólidos quadros revolucionários, capazes de aproveitar o colapso do velho partido dirigente.

— **Em sua Teoria da Revolução Permanente você mostra como o proletariado de um país atrasado pode saltar a etapa democrática burguesa e tomar em mãos o poder para construir o socialismo. Seria coerente apoiar o PT que mesmo se dizendo agora socialista não é um partido marxista e não se qualifica a si mesmo como revolucionário?**

Trotsky: É verdade que o proletariado pode saltar a etapa democrática burguesa... mas nós não podemos saltar as etapas do proletariado em seu caminho para a revolução!

Marx: Os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários. Não temos interesses que nos separem do proletariado em geral. Não proclamamos princípios particulares, segundo os quais pretenderíamos modelar o movimento operário. Só nos distinguimos dos outros partidos em dois pontos: 1) Nas diversas lutas nacionais dos operários destacamos e fazemos prevalecer os interesses comuns do proletariado independentemente da nacionalidade; 2) Nas diferentes fases por que passa a luta entre proletários e burgueses, representamos, sempre e em todo o lugar, os interesses do movimento dos trabalhadores em seu conjunto. Praticamente, os comunistas constituem a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, fração que impulsiona as demais.

— **Bem, companheiros, infelizmente nosso espaço acabou. Queríamos agradecer a presença de vocês e dizer que ficamos muito satisfeitos com a grande concordância existente entre as suas idéias e as nossas. Esperamos nos encontrar novamente.**

BAILE DO BATE-COXA DO JORNAL "EM TEMPO"



LOCAL: ESTRELA NIGHTCLUBE
CURITIBA, ENTRE AUGUSTO DE LIMA E
GUAJAJARAS.

DIA 10/12/81, 22 HORAS
BELO HORIZONTE.



ARTE: AUGUSTO

À venda nas sedes
e sucursais

Cadernos **EM TEMPO:**

Nº 1 — O PT E O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO NO BRASIL: Uma discussão de grande atualidade — a construção do PT frente à concepção marxista do partido revolucionário Cr\$ 100,00 (Esgotado; 2ª edição no prelo)

Nº 2 — CAMINHOS DO SINDICALISMO CLASSISTA: Em debate a democratização dos sindicatos, o combate ao peleguismo e os rumos da construção da CUT Cr\$ 50,00

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Alvaro Merlo, Americo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Lucí Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.
Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149

Diagramação: Sérgio de Oliveira
EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 - Fone: 852-8880 — CGC 19.858.067/002-70.

Sucursais: Belo Horizonte - Av. Cristóvão Colombo, 550: Porto Alegre — Av. Osvaldo Aranha nº 1407 - loja 20 - Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414, Vitória: Caixa Postal 1427.

Composição e Impressão:
Editora Letra Ltda — Telefone: 212-5061

portante: qual o objetivo do PT? Por qual sociedade luta?

Já a carta de princípios inicial falava em socialismo, e relacionava claramente o socialismo com a democracia: "não há democracia sem socialismo, nem há socialismo sem democracia". Depois, durante algum tempo, esta definição foi esquecida.

No entanto, o discurso do Lula na Convenção Nacional de Brasília retomou esta idéia com força. Não apenas definiu o objetivo do PT como sendo a sociedade socialista, mas deixou claro que se entendia com isso a mudança das relações de produção, e não a simples realização de pequenas reformas no capitalismo. Integrou também o poder dos trabalhadores na definição de socialismo, e rejeitou as versões burocratizadas que excluíam esse poder.

Em diversas entrevistas que publicamos nesta edição, esta definição é mantida e mais concretizada em graus e aspectos variáveis. Aparece claramente a idéia de coletivização dos meios de produção, de uma economia planificada sob o controle dos trabalhadores - com clareza, mesmo na entrevista de Plínio Sampaio onde, pelas dúvidas quanto à "questão da propriedade" para a Igreja, talvez se esperasse alguma dubiedade. Do mesmo modo, fica nítida a preocupação com a democracia socialista, posta com ênfase por Raul, a recusa à burocracia stalinista.

Se levamos em conta três conceitos de socialismo - o social-democrata, que se identifica com reformas no capitalismo, o stalinista, com sua concepção burocrática e o marxista - não há dúvida de que o PT se aproxima muito mais deste último, apesar das variações que existem entre as opiniões.

Outra questão decisiva na qual aparece a aproximação do PT com as posições clássicas do marxismo é a defesa da organização independente dos trabalhadores, da independência política da classe operária frente à burguesia, da recusa a orientar a sua luta fundamentalmente em direção às instituições burguesas, como o parlamento. O PT definiu sua posição diante das eleições como de independência, de correr em faixa própria, não se misturar aos demais partidos (todos eles ligados à burguesia); e deixou claro que o terreno das eleições, apesar de importante, tem para ele um papel secundário em relação à organização dos trabalhadores.

É interessante comparar esta posição com a adotada por agrupamentos hostis ao PT e que se reivindicam formalmente do marxismo (PCB, PCdoB, MR-8). Estes últimos orientam sua estratégia pela vitória do PMDB (que integram) nas eleições, apostam na vitória da burguesia liberal. É evidente que são estes "marxistas" que se afastam do marxismo clássico, e que é o PT que se aproxima. É o PT quem mantém e torna mais clara a referência a um poder dos trabalhadores e recusa o engodo das eleições burguesas.

Outra questão na qual a aproximação do PT com o marxismo se torna mais clara é na avaliação da necessidade da violência para enfrentar o poder das classes dominantes e a sua repressão. O PT não tem uma definição oficial a este respeito (o que é compreensível sob a legislação da ditadura). Mas seus dirigentes deixam claro que o grau de violência que envolverá o processo de transformação social dependerá do grau de resistência das classes dominantes às mudanças que representam os interesses da enorme maioria da população.

Qual seria a explicação para esta clara aproximação do PT de posições básicas do marxismo, enquanto muitos "marxistas" se afastam?

Na verdade, é bem simples. O marxismo se desenvolveu — e continua se desenvolvendo, de fato — como a teoria do movimento operário. Teoria que integra uma compreensão do funcionamento

da sociedade capitalista, da exploração a que é submetida a classe operária, com uma reflexão sobre as suas formas de luta, sobre os rumos da sua emancipação. O marxismo não tem nenhum caráter artificial, não representa nem interesses distintos aos dos proletariado, nem alguma teorização exclusiva.

Desta forma, é perfeitamente natural que o terreno seja fértil para o desenvolvimento do marxismo dentro do PT, que representa um movimento genuíno da vanguarda operária brasileira. O PT caminha naturalmente para algumas definições caras ao movimento operário, que já foram fundamentadas teoricamente pelo marxismo. E isto apesar da originalidade do PT: embora sob novas formas, os problemas fundamentais da classe operária continuam os mesmos, seu caminho rumo à emancipação continua o mesmo.

Se o stalinismo e a social-democracia se afastaram tanto do marxismo, é porque se deixaram ganhar por interesses e visões de mundo distintos dos da classe operária: a social-democracia se integrou politicamente à burguesia imperialista; o stalinismo é a expressão política da burocracia soviética e de outros países.

Significa tudo isto que não há problemas no caminho do PT para o marxismo? Naturalmente, não. As idéias da social-democracia e mesmo do stalinismo têm uma grande difusão, e influenciam até os que rompem com elas — daí porque a questão da ruptura revolucionária por um lado e da democracia socialista por outro variam muito de ênfase nos entrevistados. Além disso, o horror stalinista ainda hoje afasta muitos militantes dedicados do marxismo.

Provavelmente, a maior distância diz respeito à concepção de **partido**, sendo ainda difícil a assimilação pelo PT de uma concepção de partido revolucionário como a desenvolvida por Lênin. É muito forte dentro do PT a idéia de que o partido deve ser "a expressão política dos movimentos sociais", deixando de lado a idéia fundamental de que, no enfrentamento do Estado capitalista, o partido deve ser a direção que centraliza a luta dos trabalhadores.

Outra questão que é clara na maioria, mas não em todas entrevistas, é a necessidade da ruptura revolucionária com o Estado burguês por parte dos órgãos de poder dos trabalhadores, a idéia do enfrentamento obrigatório entre dois tipos de estrutura de Estado. Nas colocações, por exemplo, do próprio Lula, aqui e em outros momentos, esta ruptura, a necessidade da destruição do aparelho de Estado da burguesia, nunca fica clara.

Também ainda carece de maior solidez a recusa pelo PT de tentar alguma gestão do capitalismo em crise, de orientar claramente as suas propostas desde já para a ruptura com o capitalismo. Proposições neste sentido ficam claras para José Genoído, mas não de todo, para todos os entrevistados.

Finalmente, o caráter internacional do socialismo ainda não é defendido pelo PT, apesar das colocações de Luiz Eduardo apontarem já para uma política de relações internacionais. A busca de independência, a guarda ciosa da originalidade da experiência, têm um sabor de que o PT deve buscar "uma experiência nacional" de socialismo. Mas, sentando já as bases do internacionalismo, a fala de Olívio aponta a prevalescência da ordem capitalista no plano internacional como um dos fatores cruciais da burocratização.

O balanço geral é no entanto bastante claro: apesar da sua origem, ou melhor, precisamente pela sua origem profundamente integrada às lutas da classe operária brasileira, o PT vai caminhando em direção ao marxismo, pondo de lado as falsificações stalinistas, reencontrando o sentido original do marxismo.

O PT e o marxismo

De maneira nova e original, o PT retoma de forma empírica, às vezes confusa e incompleta, as teses do marxismo desvirtuadas pelo stalinismo e pela social-democracia.

No fim do século passado, o marxismo se afirmou como a teoria do movimento operário. Foi um processo longo, que passou por duros embates na primeira Associação Internacional dos Trabalhadores, e que só se consolidou com a formação dos primeiros grandes partidos operários de massa da II Internacional. No princípio do século, o marxismo parecia consolidado como teoria do movimento operário.

Contudo, esse momento de predomínio absoluto durou pouco. A maioria da II Internacional iniciou um processo que a levaria a romper formalmente com uma das suas posições básicas em 1914 quando cada partido deu apoio a seu governo na guerra inter-imperialista vindo a abandonar inclusive a referência geral ao marxismo.

Depois da primeira guerra mundial, quem manteria a defesa do marxismo no movimento operário seria a III Internacional - a Internacional Comunista. Mas também ela, ao cabo de alguns anos, a partir de meados da década de 20, começaria uma evolução em sentido contrário. Consolidou-se, na direção do Estado operário soviético, a burocracia stalinista; este processo de burocratização se estenderia a toda a III Internacional.

Ao contrário da social-democracia, que pouco a pouco foi abandonando a referência ao marxismo, o stalinismo manteria uma referência; mas uma referência puramente formal, que encobria concepções na maioria das vezes opostas.

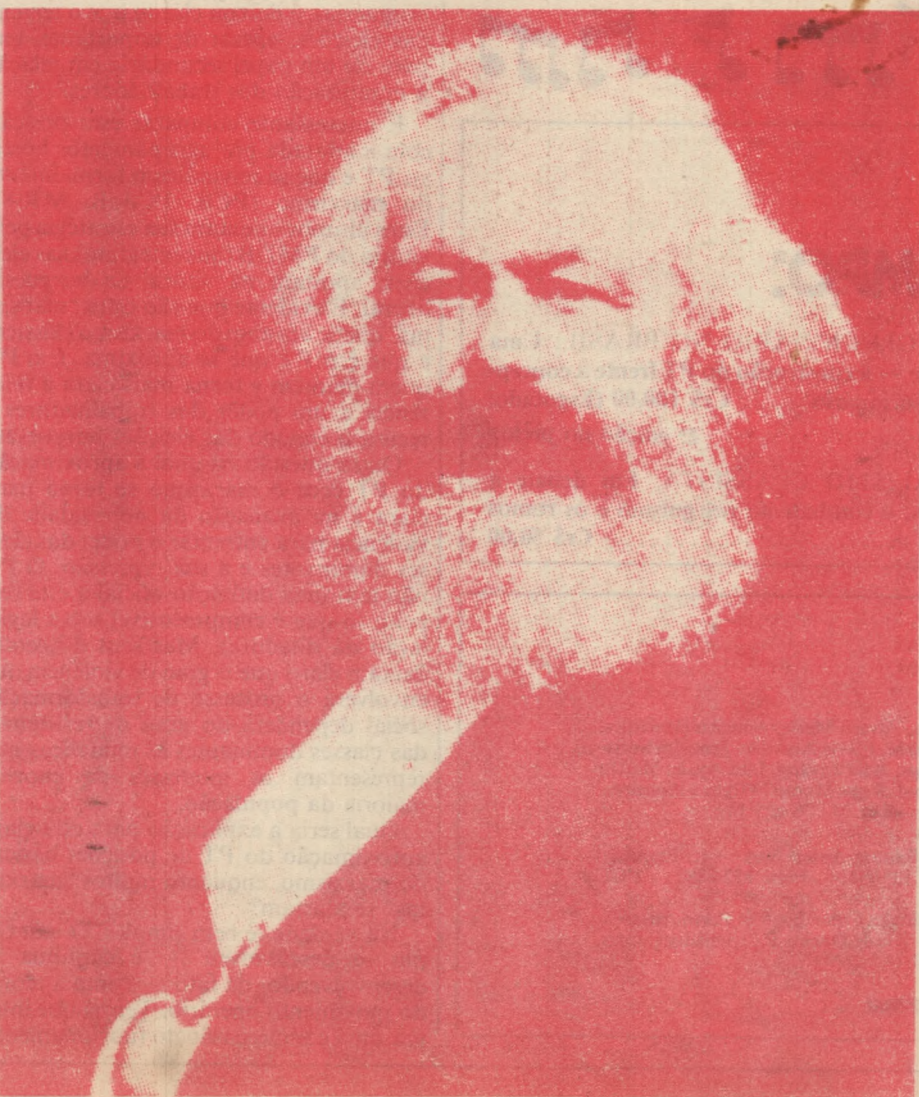
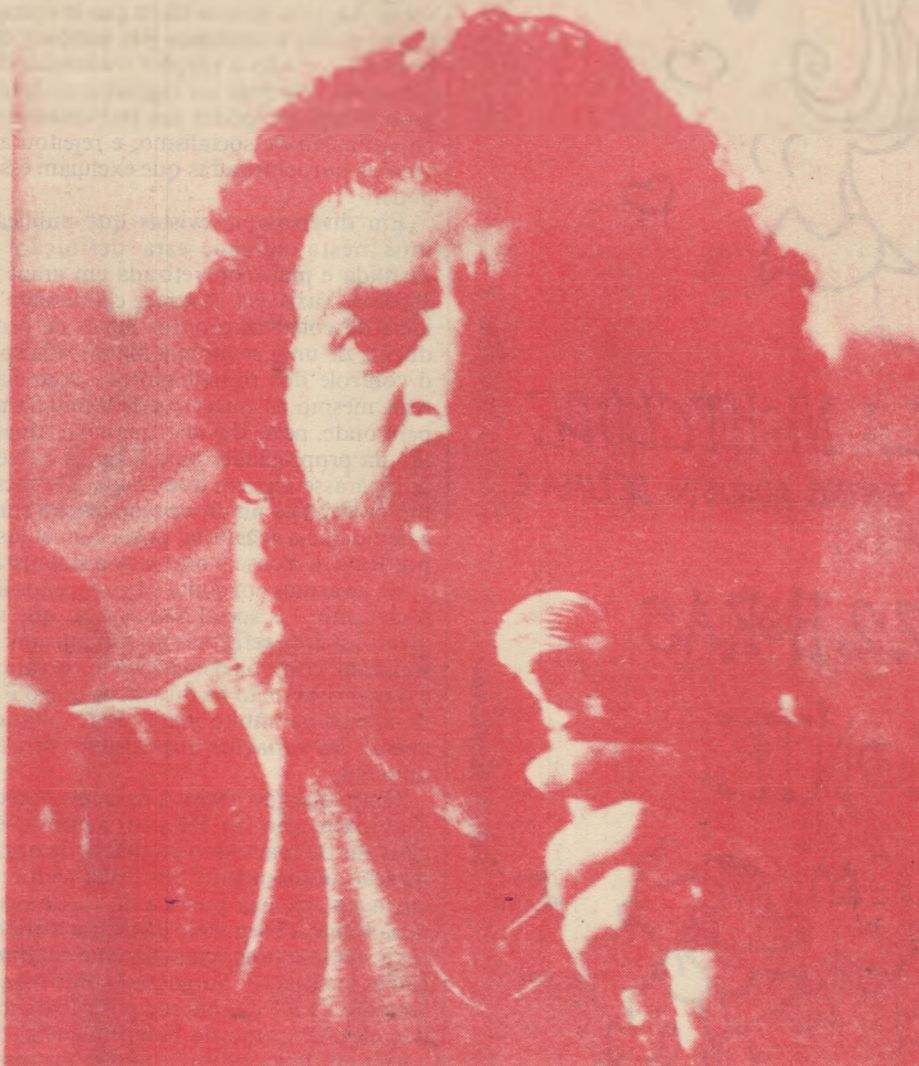
A primeira questão na qual o stalinismo rompeu frontalmente com o marxismo foi a da concepção do socialismo. A concepção de Marx era bem clara: o socialismo seria um modo de produção

Se levamos em conta três conceitos de socialismo — o social-democrata que se identifica com reformas no capitalismo, o stalinista, com sua concepção burocrática e o marxista — não há dúvida de que o PT se aproxima muito mais deste último.

superior ao capitalismo, baseado em uma produtividade do trabalho maior, que realizaria a coletivização dos meios de produção e avançaria rumo à eliminação dos antagonismos de classe e da diferenciação social. A eliminação dos antagonismos e a abolição da carência econômica, isto é, a obtenção de uma crescente abundância, permitiriam realizar pela primeira vez a liberdade real de todos os indivíduos. Pela própria natureza, o processo de construção do socialismo seria internacional, exigindo o esforço coordenado de muitos países.

Stalin e a burocracia soviética realizaram uma caricatura disto, chamando de socialismo uma sociedade parcialmente coletivizada, com um Estado que no lugar de se extinguir crescia controlado por uma pesada burocracia, que suprimia de modo radical as liberdades democráticas para toda a população e, fundamentalmente, para a classe operária. A ditadura da burocracia foi identificada com a ditadura do proletariado.

O quadro do "socialismo" stalinista era tão absurdo que chegou a realizar a coletivização da agricultura de modo forçado, contra a vontade da maioria dos camponeses.



Posteriormente, depois de ter desfigurado a idéia de socialismo, o stalinismo abandonaria também as idéias centrais do marxismo quanto à luta pelo socialismo nos países capitalistas: as idéias de independência política da classe operária, a luta contra o Estado burguês e pelo poder dos trabalhadores, exercido de modo direto. Esse abandono se deu por etapas: primeiro ocorreu a cristalização da concepção de revolução por etapas nos países coloniais e semi-coloniais, o que significava colocar no apoio à "burguesia nacional" o centro da estratégia dos partidos comunistas stalinizados; depois, esta concepção foi generalizada com a política das "frentes populares", aplicada nos países capitalistas desenvolvidos. Com a ocorrência de uma crise profunda nos países capitalistas, obrigava-se os trabalhadores a renuncia-

O marxismo não tem nenhum caráter artificial, não representa nenhum interesse distinto aos do proletariado. O marxismo se desenvolveu e continua se desenvolvendo como a teoria do movimento operário. É esta a explicação da clara aproximação do PT ao marxismo.

rem à defesa dos seus interesses próprios, e a se aliarem a partidos liberal-burgueses para conseguir chegar a um ilusório "capitalismo democrático" e defender as instituições liberais parlamentares. Ou seja: justamente nas situações de crise do capitalismo, apresenta-se a alternativa de renunciar à luta contra o capitalismo. Desde o VII (e último) Congresso da III Internacional este é um pilar da política dos PCs stalinizados.

O fato é que desde então, os partidos de massa do movimento operário romperam com o marxismo, ainda quando mantiveram uma referência formal e vazia.

Como tratar neste contexto a relação do PT com o marxismo?

O PT é um partido que vem se formando a partir da experiência da vanguarda operária brasileira, sem adotar de início nenhum referencial programático definido além da necessidade de construir um partido dos trabalhadores como bem ressalta, com riqueza, Bruno Maranhão. É um partido cioso da sua originalidade, às vezes até com excesso, como fica claro por exemplo nas opiniões de Francisco Weffort.

Mas, sem dúvida, é a questão clássica da relação da teoria revolucionária com o movimento que se delinea nas ênfases distintas que o próprio Weffort e Olívio dão à necessidade da formação de um corpo doutrinário sólido e a sua incorporação pela classe operária brasileira.

Portanto, qualquer que seja a avaliação sobre a importância da teoria para o desenvolvimento da prática do PT, o fato é que o PT enfrenta obrigatoriamente problemas com os quais o movimento operário sempre se deparou como a definição dos seus objetivos e dos seus métodos principais de luta. É notável que ao se definir nestas questões, o PT vem recuperando posições essenciais do marxismo, embora não se defina como um partido marxista.

Em primeiro lugar, a questão mais im-

Continua na pág. 23